



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS-UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS



WILLIAMBERG BARBOSA SILVA

**A FORÇA SINDICAL RURAL: SEUS MILITANTES NA ATUAÇÃO COM
PARTIDOS POLÍTICOS NA CONTEMPORANIEDADE**

OLHO D'ÁGUA DAS FLORES - AL

2021

WILLIAMBERG BARBOSA SILVA

A FORÇA SINDICAL RURAL: SEUS MILITANTES NA ATUAÇÃO COM
PARTIDOS POLÍTICOS NA CONTEMPORANIEDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais – UFAL, sob a orientação da Professora Dra. Luciana Farias de Santana.

OLHO D'ÁGUA DAS FLORES - AL
2021

WILLIAMBERG BARBOSA SILVA

A FORÇA SINDICAL RURAL: SEUS MILITANTES NA ATUAÇÃO COM
PARTIDOS POLÍTICOS EM OLHO D'ÁGUA DAS FLORES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
pré-requisito parcial para a conclusão do Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais do Instituto de
Ciências Sociais – UFAL, sob a orientação da
Professora Dra. Luciana Farias de Santana.

Aprovado em: 00 /00 /0000

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana da C. Farias Santana (Orientador)
Universidade Federal de Alagoas

Prof. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Universidade Federal de Alagoas

Prof. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Universidade Federal de Alagoas

*A minha mãe Josefa, meu pai Fernando,
minha cônjuge Valdeane Rodrigues e meus
irmãos Wandiberg e Waltemberg.*

*  memória de minha avó Angelita de Souza
e meu tio José Souza Barbosa.*

AGRADECIMENTOS

Tenho muito para agradecer, que o simples medo de que o nome de alguém não me venha à memória com a capacidade de gerar esquecimentos, por isso, desde já, quero me desculpar pelos nomes que não tenham sido apresentados. A gratulação pessoal fala muito mais do que as palavras por mim escritas. A sequência em que aparecem os nomes, não está vinculado ao nível de merecimento de cada um.

Quero agradecer a toda magnitude que me concebeu o grandioso criador, Deus. Agradeço aos meus pais, Josefa Maria e Fernando Souza Barbosa, sou inteiramente grato por todo o esforço que fizeram e continuam a fazer por mim e por toda a família todos os dias do ano. O esforço deles me serve de inspiração. Por absolutamente tudo, muito obrigado!

Aos meus irmãos Wandiberg e Waltemberg e minha tia M^a do Socorro, pela presença em minha vida e ajuda dada nos mais diversos momentos de toda a minha trajetória, Valdeane minha cônjuge por acreditar em mim e me incentivar nos instantes mais difíceis. Muito Obrigado! Agradeço também a meus sobrinhos – Mateus, Myrella e Myllena, sou grato pelo sorriso e alegria que eles promovem. Aos cunhados Vandeco e Valcinélio, agradeço e dou-lhes boas-vindas à família. Sou grato à minha avó Maria Pedrina, que faleceu muito antes de minha conclusão do curso e que mesmo talvez sem entender ao certo o que faço, sempre me abençoava dizendo: “Seja bem feliz nos seus estudos!”. Hoje, posso dizer que estou tentando fazer isso.

Ao Rondinele meu primo sou grato por sua amizade, disponibilidade, incentivos, empréstimos de materiais para esta pesquisa, por conversas, discussões profundamente interessantes vindos de uma mente tão inquieta, pela determinação empolgante, capacidade crítica e pela maturidade que inspiram. Ao Moisés por seu humor (constantemente político), percepção arguciosa sobre as coisas, por sua amizade. Ao Prof. Agilson, por sua visão política em torno do profissional de educação e do meio sociólogo, numa cidade marcada pela troca de “apoios” e, sem exageros, com o arcaísmo do coronelismo. Suas percepções sobre a necessidade de que as coisas mudem, me são estimulantes, e todos vocês me instigam a pensar a vida e a cidade, onde sempre morei, de maneira crítica e com vistas às possibilidades de mudança.

Ao Walker, Sônia, Lygia, Marcelí, Ana Paula e Valdelice pela amizade individual

ao mesmo tempo coletiva, que não daria para agradecê-los de maneira separada. Agradeço a eles pelos anos de faculdade compartilhados juntos, angústias e alegrias divididas, pela força dada nos instantes difíceis, pelas risadas, muitas risadas, que tornaram os dias mais agradáveis, além das inúmeras besteiras faladas, que serviram e servem para a descoberta do enigma: “o que é a vida?”

Ao Emílio e ao Moisés, sou grato pelas alegrias vivenciadas e divididas, sem contar as discussões em meio a problematizações da vida cotidiana, sobre lugar onde se vive. Suas atuações políticas fora de instâncias partidárias, me inspiram bastante para pensar aquilo que chamam de papel político do profissional. A Janaine também devo agradecimento pelas mensagens que me serviram para acalmar nos instantes de maior aflição, mesma função desempenharam as mensagens semelhante enviadas por Leilane, Valcí e o Anchieta.

Agradeço ao meu filho Antonyberg, ao qual foi o motivo dessa caminhada que é cursar uma faculdade mesmo que seja uma faculdade à distância. A toda minha família que sempre me apoiaram nos meus estudos, aos meus colegas de faculdade, aos amigos pessoais que todos os dias me incentivam para seguir em frente, meus colegas de trabalho e tantos outros que não me vem à memória.

A Bia, Sônia e Marlene agradeço pela convivência em distintos momentos, em congressos, em sala de aula, eventos etc. Vida vivida em diferentes contextos, nem sempre juntos, ainda mais agora geograficamente afastados.

Sou muito grato ao professor Agilson Francisco de Melo pelas orientações diretas e objetivas que me ajudaram a seguir com a pesquisa, organizaram meu pensamento, me auxiliaram no modo como eu posso pensar o tema, todas elas foram de muito proveito. Sou extremamente grato por ter aceitado orientar este aprendiz de pesquisador de escrita mutilada num período conturbado de minha vida. Muito obrigado! O seu rigor teórico e metodológico me ajudam bastante. Todos os erros que aqui continuam são de total responsabilidade minha.

Ao decorrer de todo um longo percurso desbravado, não posso deixar de agradecer aos ilustríssimos professores do Instituto de Ciências Sociais ICS, à minha orientadora e coordenadora do curso, pois as Ciências Sociais me ajudaram a desenvolver uma compreensão mais ampla sobre as pessoas, sobre os fenômenos, sobre minha própria vida etc.

Acima de tudo tenho que lembrar de agradecer aos entrevistados que tornaram possível a minha pesquisa e diante da importância de manter sob sigilo seus nomes, agradeço às entidades que alguns deles pertencem. Agradeço a receptividade e a importância que viram em abrir as portas para pesquisadores ou no meu caso, para um aprendiz: Obrigado ao Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Olho d'Água das Flores e à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Alagoas.

Venho também agradecer aos agricultores e pequenos proprietários que mesmo não participando diretamente das entrevistas, me possibilitaram a partir de conversas, o acesso a informações de teores distintos e a pensar o sindicalismo. Agradeço a todos, e pessoalmente, espero que o campo possa se transformar em lugar mais democrático, com reformas que possibilitem o acesso à terra e promovam a autonomia política e econômica por parte dos agricultores, e um agradecimento especial ao meu tutor presencial do polo de Olho d'Água das Flores, Luiz dos Santos, que me ajudou bastante nessa luta.

"Quem diz organização, diz tendência para a oligarquia. Em cada organização, quer se trate de um partido, de uma união de ofícios, etc., a tendência aristocrática manifestasse de forma bastante acentuada.(...) Quanto mais o aparelho de uma organização se complica, isto é, quanto mais ela vê aumentar o número de seus adeptos, seus fundos crescerem e sua imprensa desenvolver-se, mais terreno perde o governo exercido diretamente pela massa, suplantado pelo crescente poder dos comitês." Robert Michels – Sociologia dos Partidos Políticos (1982).

RESUMO

Esse Trabalho de Conclusão de Curso retrata e analisa a ligação que envolvem sindicatos rurais e os meios partidários. A observação empírica aconteceu na rotina da cidade de Olho d'Água das Flores e suas adjacências no interior do Estado de Alagoas, assinalada em uma política em que uma pessoa ou instituição recebe proteção em troca de apoio político, tendo sua economia imobilizada e o individualismo nas relações, aspecto que adentra as instituições formais. Em Olho d'Água das Flores, o sindicato dos trabalhadores rurais demonstra afinidade com o Partido dos Trabalhadores (PT) pela partilha de ideias e de seus participantes, onde alguns integrantes do sindicato mobilizam votos para candidatos deste partido. Aproveitou-se da chamada sociologia tipicamente relacional voltada na finalidade em compreender as afinidades entre estes sujeitos e as instituições locais, especialmente, o Partido dos Trabalhadores "PT", com o propósito de preparar as possíveis hipóteses explicativas para esta propinquidade. Em fim, qual o intuito dessa relação, desse apoio? Porque os sindicatos rurais sensibilizam os sindicalistas e as pessoas a pedirem votos para candidaturas desse partido? A suposição inicial, de que a associação se prosseguia com o desígnio de se beneficiar e ter acesso à bens coletivos para os trabalhadores, mostrou-se generalista, por não captar a complexidade das possibilidades explicativas, já que, a partir dos dados recolhidos, por meio de entrevistas e análises prévias da atuação do sindicato foram verificadas diferentes justificativas para esta relação aproximada entre essas duas instituições em alguns municípios alagoanos. Disso, pode-se ainda dizer que as possíveis explicações dadas pelos entrevistados disputam, dentro do campo político, autenticidade sobre quem detém "a verdade" na explicação da relação sindicato-partido.

Palavras-chaves: Sindicato Rural, Participantes, Partido dos Trabalhadores, Partilha.

ABSTRACT

This dissertation portrays and analyzes the connection between rural unions and party circles. The empirical observation occurred in the routine of the city of Olho d'Água das Flores and its environs in the interior of the State of Alagoas, signaled in a policy in which a person or institution receives protection in exchange for political support, having its economy immobilized and individualism in relations, an aspect that penetrates formal institutions. In Olho d'Água das Flores, the rural workers union demonstrates affinity with the Workers Party (PT) for the sharing of ideas and its participants, where some members of the union mobilize votes for candidates of this party. He took advantage of the so-called relational sociology aimed at understanding the affinities between these subjects and the local institutions, especially the Workers' Party "PT", in order to prepare the possible explanatory hypotheses for this propinquity. Finally, what is the purpose of this relationship, of this support? Why do rural unions sensitize trade unionists and people to ask for votes for this party? The initial assumption that the association was pursued with the aim of benefiting and gaining access to collective goods for the workers was a generalist because it did not capture the complexity of the explanatory possibilities, since, based on the data collected, Through interviews and previous analyzes of the union's work, different justifications for this approximate relationship between these two institutions were verified in some Alagoan municipalities. From this, one can also say that the possible explanations given by the interviewees dispute, within the political field, autenticity over who holds the "truth" in explaining the union-party relationship.

Keywords: Rural Union, Participants, Workers' Party, Sharing.

LISTAS DE SIGLAS

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

EAD – Educação Aberta e a Distância.

FETAG/AL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra.

ONG - Organização Não-Governamental.

PCB - Partido Comunista Brasileiro.

PCdoB - Partido Comunista do Brasil.

PDT - Partido Democrático Trabalhista.

PMOAF - Prefeitura Municipal de Olho d'Água das Flores.

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PP – Partido Progressista.

PT - Partido dos Trabalhadores.

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

PSB - Partido Socialista Brasileiro.

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira.

PSOL – Partido do Socialismo e Liberdade.

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados.

STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Sumário

Introdução	13
1 - Particularidades conceituais	17
1.1- Corporações Sindicais e o Sindicalismo.....	17
1.1.1 – Preceitos Críticos sobre Sindicalismo no Brasil	20
1.1.2 – Sindicalismo Rural: Peculiaridades.....	25
1.1.2.1 – O Estado e os Sindicatos à nível nacional	33
1.1.2.2 – Ligações entre Partidos Políticos e os Sindicatos	36
2 – Aspectos sociais, políticos e econômicos de Olho d’Água das Flores - AL	38
1.2 - Aspectos gerais olhodaguense.....	38
1.2.2 – Economia e sociedade olhodaguenses.	40
1.2.2.1 – Das relações políticas olhodaguense	43
3 – Relatos Oficiais: Visão de Sindicato e Sindicalismo para os Sindicalistas	46
1.3 – A pesquisa e os entrevistados..	46
1.3.3 – A organização sindical do (STTR) de Olho d’Água das Flores.....	48
1.3.3.1 – As relações entre o sindicato, instituições e governos.	51
1.3.3.2 – Suas relações “Entrevistados”: Sindicato e Partido.	59
4 – Ponto de vista: cortejando e analisando seus relatos	63
Considerações Finais	68
Referências Bibliográficas	74

Introdução

Sindicatos Rurais e Partidos Políticos em muitos países, criaram relações bastante próximas. No Brasil não é oposto, a percepção de que um mecanismo político possa ser utilizado para que uma classe econômica operária possa se tornar melhor organizada e atuar politicamente com vistas a operacionalizar seus ideais, têm já no clássico *Manifesto do Partido Comunista* de Karl Marx um modelo a seguir.

Robert Michels em seu estudo *Sociologia dos Partidos Políticos* (1982), também assume a obrigação da organização política daqueles que se reconhecem como fracos em meio a relações sociais, econômicas e de trabalho, mostrando ser a coordenação, a organização, uma possível saída para este problema, ao passo que essa estratégia organizativa pode deparar com problemas, a tendência à oligarquia e a consequente falta de democracia do grupo. Aliás, a grande pergunta de Michels é sobre a possibilidade da democracia em meio à inevitável tendência à elitização nas instituições partidárias e sindicais.

Ao se passar da história sindical brasileira, a relação com partidos políticos é intensa e não só com estes, pois surgem também encaixada ao Estado brasileiro, outras organizações que também aparecem numa ligação constante com os sindicatos, como igreja, sociedades anônimas e grupos anarquistas.

À existência dessas “organizações” no contexto do movimento operário é sempre no intuito de querer organizá-los e orientá-los ideologicamente, mas também deve-se considerar que não necessariamente se tratava de uma intervenção, uma vez que alguns desses militantes operários também pertenciam àquelas instituições, alastrando no movimento as ideias das instituições a que pertencem, ideias que também são suas.

É essa ligação que ocorre nessas instituições que esta pesquisa se fundamenta, com o intuito de se sondar a relação entre sindicatos e partidos políticos, e de maneira mais específica busca-se aprimorar hipóteses explicativas capazes de justificar a relação entre um sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais em um pequeno município do interior do Estado de Alagoas e o Partido dos Trabalhadores – PT, desse município.

A cidade a qual que me refiro, é cidade de Olho d’Água das Flores - AL, município que ao longo de minha vida residi, mas a escolha do sindicato não é exclusivamente pelo caráter do lugar em comum, mas pela ligação aberta entre sindicalistas e candidatos a

cargos eletivos, em especial os candidatos a deputados estaduais e federais, chegando a denominá-los de “interlocutores”.

A suposição de início era clara, os militantes do sindicato se estimularam com o objetivo de alcançar votos para os deputados, e mais tarde estes propenderiam a realizar projetos, políticas públicas, programas direcionados, principalmente, para as regiões de onde receberam os votos. Esta seria uma forma por parte dos sindicalistas e dos agricultores rurais, um voto consolidado, único, com um objetivo geral de aceder políticas em benefício dos sindicalistas e dos agricultores.

No entender, a multiplicidade da realidade revelada pela pesquisa empírica, me levou a repensar a hipótese no início planejada. Primeiramente, detectou-se uma leve diferença no teor dos dados encontrados, conforme o recurso investigativo deixa de ser o formulário e passa a ser a entrevista pessoal e informal gravadas em aparelho celular; segundo, em meio ao próprio discurso de entrevistados encontram-se imprecisões; e terceiro, os diferentes atores narram experiências distintas de um mesmo evento, a relação entre sindicalistas e candidatos.

Ao defrontar – se com a circunstância de pesquisar em uma pequena cidade em que resido durante os meus 37 anos, e que volto com o olhar de pesquisador. As gravações foram realizadas em três partes, duas com sindicalistas, sendo que um deles hoje faz parte da Secretaria de Agricultura do município de Olho d’Água das Flores - AL, o outro integrou o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do mesmo município, enquanto o terceiro é um ex - militante do PT. Completando quase sete horas de entrevistas informais.

Primeiramente, se constituirá vários princípios que aqui serão considerados e empregados, já que vamos seguir as observações de Robert Dahl (2001) para analisar a política moderna. Ao mesmo tempo em que, neste primeiro capítulo, analisa-se o sindicalismo, este que é o grande tema desta pesquisa atentando-se para seus aspectos históricos e analíticos, sem deixar de se discutir duas importantes relações estabelecidas pelos sindicalistas com o estado e com os partidos.

Segue-se subsequentemente com uma opção metodológica baseada na chamada

sociologia relacional, que busca voltar-se para uma análise das relações entre os atores, com foco nos vínculos, nas teias de interdependência entre as pessoas que interagem, concebendo-se esta sociedade como que formada por uma ampla rede de inter-relações.

Como esses agentes desenvolvem suas relações em um lugar social específico, um sindicato e um partido político, os conceitos de campo e de capital político são tomados por Bourdieu como eventualidade explicando o estudo dessas relações. Além desses, outros conceitos de agente também serão apresentados brevemente.

Iniciaremos o trabalho com uma exposição sobre a cidade em que o sindicato em questão está inserido, trata-se de uma espécie de experimento modesto, já que a cidade praticamente não conta com trabalhos de pesquisa histórica ou etnográfica voltados para quaisquer temas.

O segundo capítulo é apontado para os aspectos sociais. Nele serão apresentados os meios econômicos e as relações políticas olhodaguense na formação da entidade, a relação entre o sindicato ou sindicalistas e diversas instituições entre eles os partidos. Aqui já são encontradas algumas indefinições nos discursos apresentados.

No terceiro e último capítulo, nele serão apresentados os entrevistados. O objetivo é não indicar quem está faltando com a verdade, mas, facilitando ainda mais a discussão e as possíveis hipóteses explicativas para a pergunta: de que modo se relacionam sindicatos e partidos políticos? O que motiva a relação entre eles de modo a fazer com que sindicalistas chamem votos para candidatos? Ao final percebe-se, que essas hipóteses explicações distintas oferecidas pelos entrevistados, parecem ainda se configurar como possíveis disputas por legitimidades dentro do campo político.

1 - Particularidades conceituais

Dahl (1988) preconiza que a exploração da política apresente uma resolução, uma explicação dos significados dos valores dos termos utilizados. Para ele, isso se faz primordial enquanto se executa a avaliação política para que se possa saber precisamente do que se está falando, a partir dos termos utilizados.

Em aceitação dessa atuação para análise, ele a chama de *sematologia*, e como Nogueira Filho (2012b) descreve, “é a especialidade que trata do significado das palavras e dos princípios” (p.18), tendo em mente que sem a devida explanação dos termos utilizados “podemos chegar a várias conclusões nem sempre semântica ou tecnicamente corretas” (p.18) sobre os conceitos utilizados.

Dahl (1988) ainda nos informa da importância deste método, já que o uso de certos conceitos como “coerção”, “democracia”, “poder”, comuns na avaliação de políticas, por exemplo, podem soar incerto, uma vez que corre-se o risco de não saber se a compreensão que o leitor tem sobre estes termos é a mesma do autor que escreve e analisa a política. Além disso esses termos variam conforme quem examina, pois não possuem significado igual entre cientistas políticos ou filósofos políticos.

Uma possível questão decorrente de tal atitude seria, segundo o autor, relacionado ao fato de que, pode-se correr o risco de se chegar a um regresso infinito, já que “por trás de cada princípio encontramos, normalmente, outro princípio.” (p. 25). Mas o autor nos tranquiliza afirmando que “toda análise admite, no ponto de partida, alguns pretextos que não são discutidos”. (p. 25, 26), isso porque alguns termos, simplesmente não precisariam de resolução.

Deste modo, a partir de agora, desenvolverei, uma análise em torno dos conceitos e termos que serão utilizados ao longo deste trabalho. A partir da indicação semântica, dos termos utilizados aqui, tal como propõe Dahl, busca-se compreender melhor os conceitos que mais aparecerão ao longo deste trabalho.

1.1- Corporações Sindicais e o Sindicalismo.

Quando analisamos dados dessa “natureza”, sejam eles quais forem, algumas vezes parece haver um perigo de que haja uma limitação aos acontecimentos encontrados e aos

documentos achados. Esses dois elementos podem nos impedir, pois nossas conclusões passam a ser resultantes daquilo que nós verificamos em meio à atividade de pesquisa. Limitamo-nos ao nossos achados. Verdadeiramente, parece acontecer não só quando se trata de aspectos históricos, como sobre qualquer conhecimento que se tenha sobre o que quer que seja. O mundo parece ser sempre o limite de nossos conhecimentos. Dessa maneira, não ocorrerá muito diferente nesta pesquisa, é a partir das análises feitas por alguns pesquisadores que rastreio de maneira simples avaliar o processo de desenvolvimento do sindicalismo brasileiro, companheiros futuramente, aos achados da pesquisa de campo com um estudo de caso. Nota-se no “Sindicalismo”, que existem uma variedade de pesquisas sobre este assunto no Brasil. O simples viajar no tema nos traz como desafio a obrigação de refinar a busca, não para se encontrar o(a) melhor pesquisador(a) ou a pesquisa mais bem elaborada, mas para que se possa encontrar aquilo que mais se aproxima dos primeiros achados e possa servir de instrumento para nortear a pesquisa, bem como para o próprio pesquisador enquanto tal.

Eu escolhi esse tema, pelo fato de existir uma quantidade mais que razoável de pesquisas sobre o tema força sindical rural e seus militantes e partidos políticos que carregam em si o obstáculo de se buscar meios de análise que, de algum modo, apresentem algum elemento que possa ao menos apresentar algo de novo, um elemento que possa garantir, quem sabe, novos horizontes em termos de análise. Isso é algo difícil, pois implica, a depender do caso, em propor falhas e elaboração de novas abordagens teórico-analíticas. No entanto, este simples trabalho de conclusão de curso apenas se ocupa de uma breve análise sobre o tema e sua relação com as forças partidárias, num contexto de uma pequena cidade do interior de Alagoas.

Ao se abordar o assunto sindicalismo, em fonte de uma gigantesca fração de produção acerca do tema, não é por assim dizer um “algo novo”, se é que ainda existe alguma coisa com essa possibilidade de classificação nas ciências sociais. No entanto, muitas são as chances em que de forma direta ou indireta as temáticas relacionadas ao sindicalismo podem surgir, por exemplo: a ideia da classe operária, a ação coletiva, a democracia sindical, o corporativismo sindical, o “novo” e o “velho” sindicalismo que, em sua estrutura associava sob sua assinatura uma série de forças notáveis entre si, mas que tinham em comum o posicionamento contrário àqueles outros setores que classificavam como reformistas e/ou pelegos e que, segundo sua visão, através de um

sindicalismo de colaboração de classes, entravavam o desenvolvimento da luta dos trabalhadores em busca de suas reivindicações. No instante da emergência do “Novo Sindicalismo”, pode, portanto, ser singularizado por uma situação de concorrência entre projetos políticos e sindicais no ímpeto dos setores de esquerda no Brasil. E interessante notar que a categoria “Novo Sindicalismo” foi sendo encravada na ligação entre o movimento social e a cautela acadêmica. Ao mesmo tempo em que se gestavam as ações dos novos atores, que entravam em cena rasgando o pano de fundo criado pela ditadura militar, vários estudos surgiam não só a respeito deste novos atores, mas também acerca dos velhos.

À interação de intelectuais no processo de continuação de tradições já foi escrita por Hobsbawn. Para ele, este processo colocaria a história como legitimadora das ações, mas também enquanto cimento da coesão social, se tornando em ambos os aspectos, ela mesma, o próprio símbolo do conflito. A história, que “se tomou parte do cabedal de conhecimento ou ideologia da nação, Estado ou movimento”, corresponderia em grande medida “àquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo” (HOBSBAWN, 1984: 21).

E por isso que, segundo este autor, “todos os historiadores, sejam quais forem seus objetivos, estão envolvidos neste processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político” (HOBSBAWN, 1984: 22).

A percepção de certas continuidades, para além das descontinuidades e inovações, pode auxiliar os setores de esquerda a compreender a trajetória de conformação de sua tradição, de forma um pouco mais desarmada e menos partidária. Servindo também para a consolidação de uma tradição de esquerda no Brasil que, mantendo a perspectiva crítica, supere as pretensas separações em blocos organizacionais, suas relações com partidos e políticos etc. alguns destes temas além de outros, de algum modo, aparecerão neste trabalho.

Ao que parece, de acordo com a produção sobre sindicatos no Brasil, os sindicatos

foram formados e, desde cedo, tiveram como um indutor algo estranho ao seu caráter associativo, seus princípios e funções, o Estado, que por meio de sua força, inclusive física, mas também legitimada com amparo jurídico pode exercer diversas formas de influência sobre aquele, por meio de vantagens e benefícios. Daí advém a ideia de sindicalismo corporativo de Estado (COSTA, 1996; BOITO JR., 1994).

“*Radicalmente falando*”, pode-se ainda afirmar que a literatura sobre o sindicalismo é, em alguns casos, alvo senão de generalizações ao menos de produções que, de algum modo, careceriam de maior precisão. Percebe-se que parte considerável das publicações quando tratam de sindicalismo, com relativa frequência estão a se referir ao sindicalismo urbano, em especial ao desenvolvido, principalmente na cidade de São Paulo, na Região do ABC Paulista e/ou na cidade do Rio de Janeiro. Este último aspecto, talvez se dê em função da concentração da produção e do debate acadêmico realizado largamente nesses mesmos lugares.

Mas antes vejamos como o conceito de sindicato será utilizado. Para D’Araújo (1990) o sindicato “se define por sua base socioeconômica assentada no vínculo das atividades profissionais” e continua, “sua agenda pode incluir pontos que variam do mais puro assistencialismo a reivindicações políticas, mas sua base social permanece definida, independentemente da ideologia adotada” (p. 197).

Neste trabalho, o sindicato tal como manifesto por D’Araújo será explorado por seus traços sociais, políticos e econômicos. Além disso, tal como sugere Assumpção (2007) em relação aos partidos políticos, o sindicato será observado como um conjunto marcado pela vinculação entre seus associados, organizados como que por uma rede de compromissos e relacionamentos entre os atores que dele fazem parte. Concordando com Rodrigues (2007) e aqui incluo o sindicalismo no campo sindical, sendo este um recorte do campo político comportando delineamentos deste campo.

1.1.1 – Preceitos Críticos sobre Sindicalismo no Brasil.

A perspectiva do método de formação dos sindicatos no Brasil é indispensável perceber que associações profissionais e/ou classistas já existiam, ainda que de forma incipiente. Há que se dizer ainda que a exibição a respeito dessas associações operárias que precedem a década de trinta ou que coincidiram com o sindicalismo corporativo de Estado futuramente, existe em uma categoria bem menor, sendo o período anterior àquela década caracterizado pela força dos anárquicos nesses movimentos (SANTANA, 1999; COSTA, 1996; ANTUNES, 1985; OLIVEIRA, H. C. 2011).

Cioffi (2008) *apud* Moraes (1971) apresenta que a “greve superou o sindicato, na sua posição primordial de oposição às condições de trabalho impostas” (p. 44). Ele não esquece de observar aspectos históricos, que antecederam a formação oficial do sindicato, mas que já demonstram um caráter associativo de trabalhadores, trazendo a importância dos movimentos anarquistas, de questionamento do Estado e dos partidos e sua influência por sobre os sindicatos.

São apresentados, de acordo com Helder Canal de Oliveira (2011), pelo menos cinco correntes, ou facções ideológicas que atuavam no Rio de Janeiro e em São Paulo: os anarco-sindicalistas, os socialistas-amarelos, os comunistas, os trotskistas e os católicos. Ele afirma que a literatura é unânime em reconhecer que na Primeira República, são os anarco-sindicalista, os mais relevantes, sobressaindo-se aos demais.

Este ponto é, por si, satisfatório, pois demonstra antes de tudo a existência de certo caráter associativo em torno da organização de parte dos trabalhadores, que ainda de forma tímida, se mobilizavam em torno de demandas próprias. Faz-se necessário observar que segundo este mesmo autor, “todas as correntes, exceto os anarquistas, que atuavam no movimento sindical brasileiro quando teve o golpe de 1930, passaram, uns mais rápidos outros mais devagar, a incentivar a oficialização dos sindicatos” (p. 28).

Sendo assim, o sindicalismo aparece no País com a inserção de diversos setores e na presença de uma variedade ampla de ideias. É importante, e Michels (1982) nos fala sobre isso, que se atente para a heterogeneidade dos trabalhadores entre estes que compõem o partido ou o sindicato, por isso mesmo chega a afirmar que “as multidões operárias [...] não representam uma massa cinza, uniforme, compacta” (p. 168).

Uma outra parte, a ser levada em conta em outras situações relaciona-se ao fato

de que muitas pesquisas têm como pano de fundo a região Sudeste, em especial as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (como mencionado acima), fazendo-se necessário olharmos para os aspectos e as peculiaridades do sindicalismo ou do associativismo operário em Alagoas.

Também apresentam traços diferentes o sindicalismo desenvolvido no espaço agrário e no meio urbano. Cada um enfrentando, de acordo com sua conjuntura e estrutura social e políticas distintas, as dificuldades do associativismo num País de altas taxas de desigualdades socioeconômicas e concentração de capitais, de cultura política entremeada de clientelismo, de poucos espaços institucionais de participação política e de “origem” escravocrata.

São de enorme importância as considerações realizadas por Santana (1999), onde encontramos o modo como vem sendo analisado ao longo dos anos o tema sindicalismo no Brasil. Para o autor, as percepções sobre a história do sindicalismo brasileiro, baseiam-se, principalmente em dois elementos, o da divisão e o da continuidade.

Divisão, porque, segundo Santana (1999), para uma aceitável remessa de pesquisadores, encabeçados originalmente por Francisco Weffort, que tornou clássicos os estudos que propunham momentos distintos no sindicalismo antes e depois da década de sessenta, onde o período que antecede à esta década seria marcado pela forte presença dos comunistas (a partir do Partido Comunista Brasileiro – PCB) – formando um sindicato.

Considero clientelismo no sentido empregado por Carvalho (1997) que afirma que, “de modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto [...]. Ora, qualquer noção de clientelismo implica troca entre atores de poder desigual”, ou seja, sua base é a troca, uma troca que se estabelece entre desiguais, estabelecendo-se por um padrão de relação patrão-cliente, que contribui para a manutenção dessa mesma desigualdade (VELOSO, 2006). É possível considerar ainda que essa mesma troca desigual possa se desenvolver para além da esfera estatal.

[...] traçado pela reforma nacionalista; pelo controle das massas com vistas a dar continuidade ao ‘populismo’; pelo privilégio do Estado, e não da sociedade civil, como espaço de intervenção; pela orientação dirigida para a atuação nos setores decadentes da economia (indústria tradicional) e junto ao setor público; pela prioridade dada aos objetivos políticos em detrimento dos econômicos.(SANTANA, 1999, p. 106).

Em confrontação ao tipo de sindicalismo formado depois dos anos de mil e novecentos sessenta após o golpe de 64, marcado segundo o Weffort analisado por Santana (1999) pelo que ele denominou de *novo sindicalismo* (aquele seria o *velho sindicalismo*), descrevendo esse período por uma distinção em relação ao momento anterior.

O período após o ano de 1964, representa uma interrupção, ou melhor, oferece as bases para uma ruptura, ao nível das elites intelectuais e políticas, da imagem elitista feita sobre a classe operária. O elitismo veio à tona, o que cria a possibilidade de se formular um ponto de vista novo sobre o que pode vir a ser a participação da classe operária em nossa política. (WEFFORT *apud* SANTANA, 1999, p 105).

Na opinião de Marco Aurélio Santana, esta visão de ruptura, ou melhor essa visão ou divisão histórica apoiada por Francisco Weffort, seria uma visão particular do passado que teria, não seria exagero, estabelecido raízes no que diz respeito à orientação analítica a seguir, passando a ser seguida pelos pesquisadores que sucederam-no.

Consideramos ainda dois fatores. O primeiro deles relaciona-se ao fato de que o próprio Weffort tinha intenções, na década de setenta, na formação de um partido no Brasil de cunho popular e sindicalista, passando a ter inserções no campo político, participando da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

O segundo fator aspecto a ser mencionado relaciona-se ao fato de que os próprios sindicalistas passaram a se identificar como pertencentes a um novo sindicalismo, indicando suas diferenças em relação aos anteriores, cooperando para a formação e a construção de uma imagem de um novo sindicalismo, de fato. Mais que isso, a divisão, por si é, segundo o próprio Santana afirma, uma valorização do “novo” em detrimento de uma desvalorização do “velho” sindicalismo.

Este termo “novo sindicalismo” tem sua “origem” na Inglaterra e segundo Favareto (2006) foi aproveitado para descrever um novo momento da organização operária naquele país. Aliás é válido também observarmos ao fato de que as “origens” da organização sindical encontram-se nos países europeus, acompanhando o próprio desenvolvimento da economia capitalista (ANTUNES, 1985; LIMA, 2004). Assim o caracteriza Hobsbawm citado por Favareto:

Quando executado a seu período de origem, a década de 1880 e o início da década de 1890, o termo novo sindicalismo pode sugerir três ideias. [...] um novo conjunto de estratégias políticas e formas de organização para os sindicatos em oposição àquelas já existentes no ‘antigo sindicalismo’. Em segundo lugar, sugere um posicionamento social e político mais radical por parte dos sindicatos dentro do contexto do movimento operário socialista, em terceiro, a criação de novos sindicatos de trabalhadores até então não organizados ou não organizáveis, bem como a transformação de velhos sindicatos segundo as linhas seguidas pelos inovadores. Consequentemente, também sugere um crescimento explosivo da organização sindical (HOBSBAWM, 1989, p.221 *apud* FAVARETO, 2006, p. 29)

Assim, à “observação” que Santana (1999) realiza, coloca-se dentro de um amplo debate a ser feito acerca da preservação de trabalhos, que seguindo escolhida aptidão, contribui para imprimir um “modo de ser sindical”, que acabou ganhando valor de real em relação a um conjunto de acontecimentos passados. Passado que tendo sido tão diverso e complexo, como mostraram as pesquisas posteriores, acabou sendo posto e enquadrado em um único bojo, que desqualifica o “velho” à medida em que o “novo” é engrandecido. Vejamos outras possibilidades analíticas desenvolvidas.

O outro meio crítico para o sindicalismo relaciona-se às visões voltadas para não mais uma ideia de separar, mas de continuidade em que elementos de um passado persistem ao longo de anos, as pesquisas também desenvolveram - se no sentido de desmistificar alguns pontos consensuais sobre vários aspectos até então não observados ou negligenciados.

As observações adotam as linhas pesquisadas aqui: primeiramente, a observação é feita em torno de uma possível confusão entre as forças sindicais que dominaram nos períodos imediatamente após o golpe de 64 (que inclusive já atuavam no meio sindical), e a atuação dos comunistas antes desse período onde já havia, sim, preocupação em torno da inserção de uma massa de operários.

Costa (1996) é um exemplo desta linha analítica. Mostra ele as relações desenvolvidas entre os comunistas do PCB e os trabalhadores rurais e seus sindicatos, percebe-se pela pesquisa do autor as articulações, as estratégias desenvolvidas e a atuação dos pecebistas para uma organização sindical e camponesa de cunho ideológico marxista.

Santana (1999) leva até então ao debate análises como as de Boito Junior que considera que, se houve algo novo, está relacionado ao fato de que as sugestões

antecipadas tinham por objetivo a possibilidade de democratização da estrutura do sindicalismo.

Boito Jr. (1994) é pretencioso ao pesquisar a ideia de corporativismo, que para ele não foi eliminado, vigorando ainda no Brasil. Uma persistência, que se restaura a cada nova configuração política do País, alterado pela configuração governamental e do Estado brasileiro, persistindo este elemento, nas relações sindicais, contribuindo sempre para a manutenção de um corporativismo² de Estado.

Esse corporativismo separa as classes proletárias em categorias profissionais legalmente definidas, representadas por um sindicato único oficial com poder de tributação delegado pelo Estado, e disciplina e controla a negociação coletiva dos sindicatos (também oficiais e únicos) do patronato. [...] A expressão corporativismo de Estado indica dois aspectos distintos desse tipo de organização e prática sindical. De um lado designa um “egoísmo de fração” (Gramsci) em que cada categoria legalmente constituída tende ao isolamento na defesa de seus interesses específicos. De outro designa o fato de que o conjunto do sistema é legalmente regulamentado e tutelado pelo Estado, bem como a ilusão de representação que parece existir em cada categoria profissional, que se imagina representada no Estado por meio de seu sindicato oficial (BOITO JR., 1994, p. 26)

Digamos ainda que, Boito Jr. embora venha considerar a existência de um movimento sindical forte e argumentador na década de setenta, sua análise está voltada ao fato de que existe ainda uma persistência de corporativismo, desenvolvido desde a década de trinta, com Vargas, numa política voltada, principalmente, para o trabalhador urbano, como se viu acima.

Também sobre esse sistema político facista, é válida “pensamento” de Philippe Schmitter citado por Leôncio Martins Rodrigues: Um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas num número limitado de categoria singulares, compulsórias, não-competitivas, hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas ou permitidas (se não criadas) pelo Estado, às quais se outorga o monopólio de uma representação deliberada no interior das respectivas categorias em troca da observância de certos controles na seleção de seus líderes e na circulação de suas demandas. (SCHMITTER *apud* RODRIGUES, 1990, p. 56)

Enfim, o que se consegue comprovar e as considerações de Marco Aurélio Santana nos auxiliam a captar isso, é que há expressamente, construções acerca desse passado, interpretações históricas e sociológicas que passam a se desenvolver em torno do que é aparentemente velho e do que falsamente novo nas práticas sindicais. Sendo esses quadros reforçados pelas pesquisas acadêmicas que seguem essa linha, bem como pelos próprios sindicalistas que incorporavam tal concepção acerca de si, como estratégia discursiva e instrumento de distinção da antiga composição sindical predominante. Para o autor é como se este “novo” sindicalismo carregasse consigo algumas práticas de um modo “velho” de fazer sindicalismo:

[...] é possível afirmar que o “novo sindicalismo” representou a reedição de práticas já conhecida na história do sindicalismo por setores que, ao seu tempo se assimilavam com posições progressistas em relação à luta dos trabalhadores. [...] Porém, também como experiências do passado, o “novo sindicalismo” enfrentou, e ainda enfrenta, dificuldades cuja resolução continua sendo um desafio para a classe trabalhadora brasileira. (SATANA, 1999, p. 114)

1.1.2 – Sindicalismo Rural: Peculiaridades.

O sindicalismo no meio rural e o urbano desenvolveram-se sob formas um tanto diferentes, ganhando contornos próprios, enfrentando dificuldades específicas, inclusive com legislações e regulações diferenciadas, os contextos históricos que os formam são também distintos (COSTA, 1996; RODRIGUES, 1990; THOMAZ JR., 1998).

Se nos anos de trinta com o governo de “vargas” é decisivo para entendermos o sindicalismo no meio urbano, é a década de sessenta, com o governo de João Goulart, o espaço capaz de nos fazer perceber o modo como se deu a organização corporativa sindical no meio rural.

Pode-se aparecer aqui, alguns pontos importantes das organizações dos trabalhadores rurais. Mas, antes é provável designar uma crítica a esses mesmos pontos aqui levantados, primeiramente, são postos àqueles que se tem registro acadêmico e que foram selecionadas como se estivessem como que cartas de um baralho sobre a mesa à espera que o pesquisador os escolha ou os encontre; no entanto observe pode parecer que, o modo como serão expostos aqui, se possa fazer pensar que todos

esses fatos se desencadeiem como que de maneira racional, ou seja, como se o fato que segue se realizasse intencionalmente em razão exclusivamente do evento imediatamente anterior. Este último aspecto assemelha-se ao que Pierre Bourdieu (1996) chama de *ilusão biográfica*, onde o autor critica as análises que tendem a formular aspectos históricos como elementos que se concatenam de forma lógica e intencional.

Assim, Bourdieu faz críticas as estruturas de descrições biográficas, que procedem do pretexto de que a vida é uma história e que esta se faz por uma série de eventos ligados uns aos outros, como se fosse um caminho em linha reta, que segue um percurso num certo sentido. Assim, para ele, “essa vida organizada como uma história (no sentido de narrativa) desenrola-se segundo uma ordem cronológica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, e também de princípio, uma realização (telos)”. (BOURDIEU, 1996). É obvio que, enquanto o autor se refere à construção de uma biografia ou história de vida, refiro-me a ele pela mesma possibilidade de utilizar o mesmo questionamento, quando se trata de analisar aspectos históricos de qualquer outro elemento, não só a biografia.

Mas, dessa escrita sobre o passado e de uma pretenciosa busca de origem é que Foucault (1979) a partir do pensamento de Nietzsche, se questiona sobre a busca histórica acerca das origens, sua crítica se faz como se a história se estabelecesse a partir de um sentido originário e único que segue e se estende ao longo do tempo, por isso ele nos adverte, afirmando que, “o que se tem no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate”. (p. 18).

Assim sendo, não é minha vontade demonstrar que os fatos aqui apontados sejam claramente aqueles que põem fim a qualquer debate sobre a formação do sindicalismo, seja no meio rural ou no meio urbano, apresentando resultados definitivos sobre eles ou ainda analisar cada acontecimentos como coisas que fundam a realidade concreta dos sindicatos e que levam por uma via única à formação de organizações sindicais, federações ou confederações. Os pontos aqui expostos demonstram instantes de organização, mobilizações operárias que antecedem a ação estatal de organizar os trabalhadores. Os pontos aqui expostos, são antes aspectos, que de algum modo, contribuíram ou pelo menos influenciaram em algum grau para que o aparelhamento obreiro pudesse ocorrer a partir de experiências passadas.

Assume-se historicamente 1962, como o ano em que o sindicalismo no meio rural foi regimentado por João Goulart, segundo Thomaz Jr. (1998), e ainda de acordo com ele, apesar de ser marcado por recusa a acordos com a oligarquia do campo, que contestava o presidente Jango, no entanto, a regulamentação que ocorreu naquele ano “elevou-se ao extremo, o que se tornou a marca registrada do movimento sindical brasileiro, o corporativismo, o aparelhismo e a referência de ‘ação’ limitada à base territorial de abrangência municipal.” (p. 01).

Mas, organizações de trabalhadores no campo antecipam o período do regimento estatal (THOMAZ JR., 1998). O autor afirma que, desde 1903, já haviam movimentos no campo pautados pelas incertezas das condições de trabalho; em 1906, cerca de cem mil trabalhadores teriam integrado o I Congresso Operário Brasileiro (COB), com reivindicações sobre a jornada de trabalho de oito horas por dia, sendo fundado em seguida, a Confederação Operária Brasileira (COB) – uma central sindical –, tendo sido aquele congresso marcado pela presença predominante do operariado urbano e esta confederação pouco atuante em relação às questões do trabalhadores rurais.

Já em meados da década de cinquenta, tem-se o processo de formação das Ligas Camponesas, marcadas pela presenças de trabalhadores rurais “que questionavam as desigualdades sociais, tendo como referência a estrutura fundiária, que tinha nas alianças sustentadas dentro do Estado, ardorosos defensores do latifúndio” (p. 03), segundo Thomaz Jr. (1988) e Montenegro (2008), por elas não estarem atreladas ao Estado, acabavam por questionar a ordem existente.

As Ligas encontram-se presentes, particularmente, na Região Nordeste do Brasil. Eram comumente associados ao comunismo, como afirma Montenegro, além disso, no entanto, para o caso específico do interior do Ceará, Santos (2012), afirma que as Ligas não tiveram grande presença, sendo o espaço rural concorrido fortemente pela Igreja Católica, na intenção de dificultar a aproximação dos sindicalista junto aos comunistas.

Parente (1986) traz ainda outros elementos que poderíamos adicionar às análises sobre essa “pré-história” do sindicalismo corporativista de Estado. O autor nos mostra a presença do pensamento da Ação Integralista Brasileira (AIB) junto aos operários cearenses, além da presença de maçons nessas entidades obreiras. Segundo ele, Igreja Católica e Maçonaria, disputavam a hegemonia por sobre as organizações de trabalhadores.

Além desse ponto de vista é válido observar, ainda segundo Parente, que a

corrente anarquista continuou a existir, que em se tratando da existência de um opositor em comum maçons e católicos passam a atuar associadamente, na intenção de impedir qualquer possibilidade de avanço das ideias comunistas por sobre os operários. Afirma ele que a partir de trinta “o confronto das duas orientações que tentam liderar o movimento operário “nordestino” tende se amiar [...] nesse momento já encontramos articulada uma aproximação entre maçonaria [...] e a Igreja” (p. 64)

A própria maçonaria, uma das articuladoras de setores do movimento operário, passa a ter pontos confluentes com a Igreja: a obsessão com a “manutenção da ordem” e quase como consequência, na lógica dos atores, a “aversão à liderança comunista”. (p. 80)

A análise feita por Parente tem como foco a organização operária nos meios industrializados, nestes lugares surgem a Legião Cearense do Trabalho, LCT (onde se desenvolve a Ação Integralista Brasileira – AIB), entidade que defendia, “posições corporativista, antiliberal e anticomunista, defendendo ainda o contrato coletivo de trabalho para que o trabalhador obtenha o salário vital” (p. 94), por estes aspectos haveria, uma influência da “Carta Del Lavoro” da Itália fascista, segundo o autor.

Contudo, é provável dizer que os trabalhadores em si não lideravam, não comandavam, não geriam, não determinavam os rumos da organização. Em termos de influência, aqueles que deveriam ser os principais responsáveis pelo andamento da organização, já que em tese trata-se de uma organização que defende seus interesses corporativos, compreendiam uma espécie de segundo escalão da organização. Não se pode esquecer a presença do pensamento socialista, de tendência mais reformista, além dos comunistas e anarquistas, que também disputavam a orientação do movimento operário, numa disputa pela orientação ideológica dessas organizações, com vistas a possibilidades de mudanças na estrutura social.

Todos esses enfrentamentos entre católicos, maçons, socialistas, comunistas e anarquistas, por hegemonia entre o movimento operário parecem se fazer em torno de uma força e um jogo das palavras, numa disputa de verdades, pela tentativa de convencer de que há alguém sendo explorado, ou de que a terra é do trabalhador que nela trabalha ou ainda que a propriedade é dom divino e que ricos e pobres devem de forma harmônica conviver e trabalhar.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças às múltiplas coerções e nele possui efeito regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime

de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiro. (1979, p. 12)

É de um campo de disputas que se fazem esses jogos de poder, pelo poder, pela hegemonia, enfim pela oportunidade de influência, com os mais diversos objetivos, desde a revolução à manutenção de um *statu quo*. É óbvio, que a ideia de combatividade entre as diferentes ideias era algo persistente em todos os grupos, a necessidade era, ao que parece a do combate, ser contra a ideia opositora ou que comprometia qualquer ideal de sociedade planejada, seja ela anárquica, comunista, socialista, fraterna ou o seu sinônimo, cristã. Numa intensa e profunda disputas de visões de mundo ou de ideais de mundo.

As Esferas Operárias também tinham por ideal de combate as ideias comunistas no meio operário, sobretudo as Ligas Camponesas – que não tiveram grande inserção no Ceará (PEREIRA, 2004), como já foi afirmado, tendo como intuito o de contrapor à ideia de luta de classes, agregando distintas classes ao propor harmonia entre elas e os homens.

Para o sindicato pesquisado, segundo relatos do Entrevistado 01, a influência do governante local, se desenvolve de modo semelhante ao que expõem Barreira e Pereira, isto ocorre se tomarmos como referência a fala do entrevistado ao afirmar que “historicamente o STTR (as) de Olho d’Água das Flores, vivia atrelado ao poder local. O sindicato contava com funcionários pagos pela prefeitura municipal e outras benesses.” Seria redundante comentar a tentativa de ingerência do governo local por sobre o sindicato e conseqüentemente sobre os sindicalistas.

Poucos “estudos” como os de Barreira (1992) e Pereira (2004) apontam alterações no desempenho da organização dos trabalhadores rurais, marcado por um processo de fortalecimento da entidade sindical, levado a cabo pelos próprios agricultores. Tem-se deste modo, uma análise com base numa ideia de ruptura com formas tradicionais de dominação no campo, com base nos coronéis, que teria perdurado até a década de setenta.

Adiante, contando como cooperação a Igreja Católica e sua nova postura em relação as organizações no campo e à estrutura agrária, essas organizações camponesas passaram a sofrer intervenção dessa nova visão de setores desse catolicismo reformista e sua teologia passa a servir de orientação e inspiração para os trabalhadores rurais de

então. A nova conduta do catolicismo se inicia com as resoluções do Concílio Vaticano II, realizado em 1965 (FAVARETO, 2006), mas que segundo Barreira (1992), somente em fins da década de setenta é que a prática católica se firma.

Mas, é associado à década de oitenta um período de mudanças, primeiramente, podemos citar a Igreja Católica, que a partir da 22ª Reunião da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, passa a negar a convivência (harmoniosa) com os poderosos do campo, o Catolicismo no Brasil, passa oficialmente a adotar em seus documentos uma postura onde “a estrutura de poder local e a política oficial passam a ser consideradas responsáveis pela miséria da grande maioria da população” (BARREIRA, 1992, P. 111).

Aparece, dentro da Igreja Católica a chamada Teologia da Libertação (TdL) que passa a servir de orientação para os trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs (CAMPOS, 2010). “A terra é percebida pela TdL como um dom de Deus a ser utilizado para o bem-estar do ser humano e não para o lucro de alguns em detrimento da sobrevivência de outros” (p. 07). Deste modo as CEBs passam a atuar junto a agricultores, orientando-os com a presença da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Segundo Barreira (1992), ele menciona um seguimento de transformações nas ligações entre os proprietários de terra e os agricultores, a partir do fortalecimento e atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, que passam, por assim dizer, a agir de forma mais organizada e articulada e a requerer direitos que cercavam o cotidiano do campo, em meio ao poder e a dominação do fazendeiro. Concomitantemente a esses processos tem-se o Estado, que passa a atuar por meio de instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nos casos que envolvem conflitos por terra no campo.

Estas entidades, em conjunto com à “Igreja Católica Apostólica Romana” passam a servir de intermédio nas questões do campo. O relato do Entrevistado 01 pode corroborar este período, quando ele relata que na década de oitenta passa a ter contato com autores ligados à ala progressista do catolicismo:

[...] o Padre Moises, nos anos oitenta começou a trazer para as paróquia textos sobre tempos de seca, e a gente começou a se envolver e aprender a ler também. Ler tantos livros de evangelho e de orientação católica também, inclusive da Teologia da Libertação com Leonardo Boff, Frei Beto e muitas outras pessoas.

A mudança de posição da Igreja Católica, ou de pelo menos setores que dela faziam parte, se dá depois Concílio Vaticano II, quando esta igreja confirma sua “opção pelos pobres”, anteriormente era a *Rerum Novarum*, documento em que o catolicismo condenava o comunismo, saindo em defesa da propriedade privada, que orientava o catolicismo de modo geral (BARREIRA, 1992; MONTEIRO, 2008; SANTOS, 2012; CAMPOS, 2010).

Até então, encontra-se na ativa a CONTAG: (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), fundada em 1962, disputada por setores católicos e comunistas, é válido atentar ao fato de que entre católicos existia uma espécie de “divisão”, já que havia a Ação Popular, de cunho socialista que agia se opunha às alas mais conservadoras da Igreja. A primeira presidência da CONTAG fica dividida entre pecebistas e integrantes desta ala socialista da Igreja Católica.

Na fala do Entrevistado 01 (sindicalista), está a ideia de perseguição a membros da entidade, por serem considerados comunistas. Em seu falatório, também está presente o caráter assistencialista da entidade neste período, exatamente por seu aparelhamento junto ao Estado. O Entrevistado 02 também comenta este período com certo pesar. Estamos dissertando de um período de predomínio de setores políticos e governamentais sobre tais organismos que deveriam assegurar direitos à seus associados, mas que acabaram se transformando em instâncias de assistencialismo e clientelismo por parte de governos, como foi exposto acima, a partir de Pereira (2004) e Barreira (1992). Nos interessará descobrir, a partir desses dados expostos, o modo como mais recentemente, a partir de 2000, vem sendo desenvolvido no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Olho d’Água das Flores, a relação entre eles e partidos políticos. O ano de 2000 é escolhido em razão do fato de que nesse período um grupo de pessoas ligadas à CUT (Central Única dos Trabalhadores) assume o comando da entidade, e afirma ter rompido, com um ciclo de dependência com governos locais.

Esta imposição aparece diante dos aspectos de mudanças apontados por César Barreira em sua tese doutoral, bem como Sônia Pereira, em seu trabalho também oriundo de seu doutoramento. Ambos, grosso modo, apontam para certo “florescimento” de outros tempos nas relações desenvolvidas no campo. Poderíamos nos perguntar sobre de que modo têm se desenvolvido as relações no campo, no período atual, no entanto, faz-se necessário descrever o que seria este período atual a que me refiro e descrever o que

nele ocorre.

Desde 1988, quando agricultores integrantes do Partidos dos Trabalhadores passam a dirigir o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Olho d'Água das Flores (mais adiante se explicitará sobre seu processo de organização), parte daqueles que compõem a estrutura do sindicato, setores mais influentes, mais organizados e também articulados politicamente, têm desenvolvido nos últimos pleitos eleitorais apoio direto a candidatos do PT ou coligados a esta legenda, a pergunta a ser feita e que orienta este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), é qual relação desenvolvida entre este partido e aquela entidade sindical? O que move esta relação e os apoios dados? Qual o sentido desta aproximação?

Ainda assim, de que ponto pode-se comprovar e/ou somar elementos às teses desenvolvidas? Poderiam, estas relações, se manifestar em outros sindicatos e desenvolver algo que poderíamos considerar como um momento atualizado da ligação entre partido e sindicato, no contexto da democracia atual? Poderíamos saber um pouco sobre como no meio rural tem se desenvolvido o apoio a certas candidaturas; poderíamos saber um pouco mais sobre um certo modo de fazer política entre alguns sindicalistas; poderíamos também com estas perguntas tentar buscar possibilidades explicativas para tudo isso.

Entretanto, sabe-se, antes de tudo da dificuldade de temas que cercam o assunto. Da necessidade de maior investimento de tempo e espaço para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, de uma maior utilização de fontes para pesquisa, para uma investigação mais apurada. Compreende-se também limites intrínsecos à própria pesquisa, os limites da entrevista, os tabus em torno de certos assuntos, entre outros tantos elementos passíveis é necessários à exposição de uma crítica mais severa sobre esta pesquisa. Por isso, seria presunção achar que se encontrou a resposta definitiva, aquilo que supus como dados foram justapostos e se configuraram nisto que aqui exponho, nada mais.

Antes, de aprofundarmos aos dados encontrados, faz-se necessário expressar as relações desenvolvidas entre as organizações sindicais e o Estado brasileiro, bem como os partidos políticos. Como se verá e se tem visto, o sindicato é sempre mediado de ideias e grupos que intentam sobre sua organização, ao mesmo tempo que se reconhece que o conjunto de atores que dela fazem parte, também procuram, a partir de suas ideias, imprimir certo tipo de conteúdo político-ideológica à organização que lhe representa e

que integra.

Para tal, vejamos a seguir como o Estado brasileiro colaborou para um, assim dizendo, certo monopólio no que diz respeito à organização e legitimidade dos sindicatos e em seguida como partidos políticos têm se correlacionado entre os meios sindicais, quase sempre no intuito de expandir suas ideias e interesses, veremos na pesquisa que isso parece ocorrer, entre outros motivos, em razão do compartilhamento de militantes.

1.1.2.1 – O Estado e os Sindicatos à nível nacional.

Podemos observar que a análise do Estado como agente gerador dos Sindicatos no Brasil é um aspecto predominante nas pesquisas sobre sindicalismo neste País, basta atentarmos para ao fato de que segundo Costa (1996), o “Estado, que de agente imobilizador passa a agente motivador das camadas do campo” (p. 90), deste modo, a ação estatal consiste em agir ao mesmo tempo como “repressor dos conflitos e indutor e regulador do processo de modernização” (FAVARETO, 2006, p. 30), já que na década de sessenta (com o Estado de exceção) tem-se a chamada “modernização conservadora”, marcada no campo por um processo de modernização de técnicas de produção.

No que tem a ver com “às origens” do sindicalismo brasileiro, são importantes contribuições os escritos como os de Leôncio Martins Rodrigues (1990) ao retratar um sindicalismo corporativista desenvolvido no Brasil a partir da década de 1930 com Getúlio Vargas no poder, tendo como ministro de Estado de Trabalho (Ministério novo até então) Lindolfo Collor, onde é lançado o primeiro decreto voltado para a organização de sindicatos operários.

Para o autor, iniciava-se aí o controle ou a tentativa de controle estatal sobre essas organizações, o reconhecimento destes sindicatos por parte das autoridades, além do caráter da unicidade sindical. Aspectos que transcorrem em outros momentos do sindicalismo brasileiro. Para Costa (1996), no entanto, como se viu é só na década de sessenta que o sindicalismo rural ganha impulso tendo o Estado como agente mobilizador.

Ainda para Rodrigues (1990), em 1937, após o golpe que “funda” o Estado Novo, a Constituição daquele ano “estabelecia que somente o sindicato regularmente conhecido pelo Estado teria o direito da representação legal dos que participavam da respectiva produção” (p. 56) e tornava mais rígido o controle sobre os sindicatos,

regulados pelo Estado, o autor afirma ainda que este modo organizativo sindicalista (corporativista) podia ainda ser visto como uma forma de “conter” possíveis mobilizações das classes laboriosas.

Rodrigues demonstra assim que o Estado, a partir de suas ações, pode fazer, de algum modo, desenvolver certo nível de influência por sobre a organização sindical, já que coube a ele, a partir dessa medida, indicar o caráter de sua estrutura “fundada na eliminação do conflito” com a unicidade sindical, o caráter vertical dessas organizações, a contribuição versada em lei e o reconhecimento daquilo que é ou não o legítimo órgão representante dos trabalhadores, concedendo, o Estado, aos sindicatos.

“[...] o direito de representar os interesses dos grupos profissionais e econômicos, quer dizer, das *categorias*. Tratava-se, pois, de uma representatividade legal, em que as normas de funcionamento são fixadas pelo poder público” (RODRIGUES, 1990, p. 59)

Rodrigues (1990) distingue que a força rigorosa do governo foi capaz de apresentar uma relação não só próxima dos sindicatos, como capaz de atuar organizando estes e reconhecendo-os como lícito ou não. Afirma ainda que sindicatos tiveram organização semelhante e próxima ao estado brasileiro após a chamada Era Vargas, num período entre 1946 a 1964, tido como democrático, apontando como possível explicação para a aproximação sindicato-Estado neste período, o fato de as classes sociais serem ainda frágeis diante de um Estado burocrático, essa fragilidade é ainda explicada, em parte, pelo pensamento autoritário com base na ideia de que a sociedade deveria estar sob a tutela do Estado.

O afastamento, ou defesa de uma apartação em relação ao Estado só aparece em meio às perspectivas mais libertárias que adentram o campo sindical, como se viu na sessão anterior, com os anarquistas, os comunistas, os socialistas, que tentam conquistar adeptos às suas ideias e a construção de um pretensa nova realidade no campo.

A atuação do Estado de agregar sindicatos no período do presidente Vargas, teria o objetivo de opor-se ao avanço de ideias comunistas / socialistas nos meios operários, combate não só às ideias, mas também aos propagadores desses pensamentos, para atuar a organização sindical precisaria de uma carta de reconhecimento por parte do Estado, pode-se dizer que os processos de reconhecimento continha critérios não tão claros, basta atentarmos ao fato que no caso dos sindicatos rurais, aqueles que contavam com uma orientação católica, tinham maiores chances de terem sua organização reconhecida.

A força estatal, por certos momentos atuou, fazendo do âmbito sindical, um local de inclusão de assistência social, com a presença de profissionais da saúde nesses lugares. Esse mesmo procedimento somente acontecia nos sindicatos reconhecidos por ele, e compartilhavam das ideias governistas. “Forçava”, por assim dizer, ou pelo menos induzia, pela possibilidade da assistência à saúde, a continuidade da vinculação do sindicato ao Estado, bem como acabava por influenciar que outros sindicatos passassem a ser reconhecidos para ter acesso a estes “serviços”.

Estes serviços desenvolvidos pelo sindicato e tutelado pelos governos militares possibilitavam aos sindicatos a execução de convênios de assistência médica e contribuía para aumentar o número de sindicatos, mas também acabava moldando essas entidades dentro de um certo modo de fazer sindicalismo baseado no assistencialismo (FAVARETO, 2006).

Diante de todos esses fatores que procuram distinguir o modo e o nível de “proximidade” entre os sindicatos de um modo geral, mas, principalmente os rurais, e o Estado. É de se notar, na sessão anterior, que no caso do sindicalismo rural, de acordo com a tese de Costa (1996), o Estado passa a motivar as massas rurais, alternativa antes não explorada, mas que de algum modo, serviu para “equipar” os sindicatos.

Para Boito Jr. (1994), ainda que temos uma estrutura sindical, nos seus termos, corporativista estatal, como se viu acima, além disso, pode-se tentar ainda justificar esse sobressaimento do Estado em relação às outras organizações da vida social, pelas afirmações de Oliveira (2011), quando afirma que:

O Estado controla boa parte dos recursos materiais capazes de promover a sustentação da sociedade e – em última instância – o monopólio dos mecanismos capazes de atribuir legitimação e reconhecimentos jurídico às diversas práticas sociais, políticas e econômicas. (p. 13)

Assim dizendo, uma parte muito significativa de todos esses elementos contribuem para certificar de algum modo a organização do Estado poder atuar por sobre as organizações sindicais. Podemos nos questionar até que ponto estariam os sindicatos imunes a qualquer influência externa. Aliás, é possível está imune ao meio?

É preciso ainda que se considere que a instituição por sua composição de atores, possui ou pode possuir variados elementos atuando e influenciado internamente, sobre esta possibilidade, veremos como a sociologia relacional pode nos ajudar a esse respeito mais adiante, com a ideia de trânsito institucional, já que na pesquisa se perceberá que alguns sindicalistas também são filiados ao PT e participam de campanhas eleitorais como cabos eleitorais de candidatos deste partido. Antes

veremos a relação com os partidos políticos desenvolvidos pelos os sindicatos.

1.1.2.2 – Ligações entre Partidos Políticos e os Sindicatos.

A ligação entre partidos e sindicatos não é algo tão remoto, a dificuldade que se poderia encontrar em termos empíricos de uma pesquisa, seria achar algum sindicalista que deduza aberta e declaradamente a existência de tal proximidade. Nesta pesquisa, a relação entre os dois (sindicato-partido) não é interpretada sob um viés de aceitação, mesmo porque não se conseguiu identificar que a mesma assim fosse. Além disso, também não foi possível identificar, e por isso mesmo o estudo nada afirma a esse respeito, que CUT, FETAG-AL ou CONTAG orientem seus filiados, membros, integrantes ou associados a votarem em candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Sabe-se que, havendo uma ligação entre partidos e sindicatos, ou pelo menos os movimentos operários, temos nos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels (2001; 1974) grandes possibilidades para compreendermos mais sobre estas organizações, para eles, se poderia afirmar ao grosso modo, que se o sindicato constitui-se dentro de uma dimensão econômica de combate à exploração dos trabalhadores pelos baixos salários e pelas condições de trabalho, a organização de um operariado sob um partido, serviria para dar uma conotação política às suas reivindicações, possibilitando, mais, que isso, uma modificação das relações de dominação e exploração existentes pela via da revolução.

Mas, com as reestruturações do pensamento marxiano – a socialdemocracia e suas ideias reformistas da sociedade (LIMA, 2004), além das mudanças de táticas entre os comunistas brasileiros de buscar vias legais de atuação política entre sindicatos (COSTA, 1996) vemos, que a concepção de participação de partidos ou pelo menos de alguns partidos já não ocorre com vistas à revolução, mas no mínimo, a garantir a divulgação de ideias dos partidos por sobre os sindicalistas com vistas, entre outras possibilidades, ao voto destes.

Max Weber apud Lima (2004) confirma que o conceito de partido político se dá pelo entendimento de que este se caracteriza, “como uma organização de livre associação objetivando mediante o pleito eleitoral, conquistar o poder do Estado” (p.21), o autor alemão ainda pondera que:

Na sua organização, alguns partidos vão passando no transcorrer das últimas décadas, simultaneamente à justificação crescente da técnica das campanhas

eleitorais para a organização burocrática. Os graus de aperfeiçoamentos que os diversos partidos alcançaram neste caminho são diferentes, mas a tendência geral é unívoca, pelo menos nos Estados de massa. (WEBER, 2000, p. 547 LIMA, 2004).

Para o caso característico do Brasil, em que à participação em processos eleitorais não ocorre de outro modo senão pela filiação em partidos políticos, vemos quão centrais são essas organizações na vida política institucional do país. Deste modo, os partidos, mantendo alguma forma de influência por sobre organismos sindicais, podem promover não só divulgação de sua ideologia como seus candidatos, sua visão de mundo, em períodos de campanhas eleitorais.

D'Araújo (1990), nos traz argumentos sobre o processo de integração de setores trabalhistas ao sistema político brasileiro. Suas análises se concentram nos partidos trabalhistas que possuem frequentemente em seus quadros trabalhadores de origem sindical. Para ela, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) se constituiu no período getulista em um meio para incorporar massas de trabalhadoras e sindicalistas intermediando a relação destes com o governo, mas também de base de apoio ao próprio Vargas.

Segundo à autora, foi na década de cinquenta que o PTB, teria mantido sua base junto aos sindicatos procurando ampliá-la. Quando chega o início da década de sessenta, o partido, por meio de seus integrantes iniciam uma proposição por reformas (sociais, políticas e econômicas), propostas que de algum modo atingem setores trabalhistas. Além disso, D'Araújo (1990) também afirma que o projeto do PTB sempre fora corporativista, tendo ainda em alguns momentos desenvolvido alianças com o Partido Comunista para mobilizar o meio sindical.

A diversidade da existência de ideias dentro do sindicato, agindo seja em razão de pensamentos oriundos de organizações partidárias ou religiosas, nos obriga a pensarmos em termos de opiniões ou adeptos a certas formas de pensar que predominaram sobre certos sindicatos. Deste modo, no período que sucede a ditadura militar, é o PT que predomina, em termos de proximidade com sindicatos.

A origem sindical do Partido dos Trabalhadores (PT), apontada por Krischke (2006), a relação que este partido desenvolve com os sindicatos e as centrais sindicais, sobretudo a CUT (LIMA), 2004), a estruturação social desse partido, de assalariados e

de sindicalista (RODRI-GUES, 2002; D'Araújo, 2009), o desenvolvimento de vertentes internas maiores e mais fortes dentro da CUT que se aproximam mais ao PT, fazem deste partido, uma organização de forte presença e influência sobre e entre sindicalistas, é preciso considerar que também ocorre de sindicalistas exercerem influência sobre os governos, sejam eles do PT ou não. Para se saber mais, sobre influência e possibilidade de agir politicamente, e principalmente os métodos para a análise política é que se vai adentrar à próxima sessão.

2 – Aspectos sociais, políticos e econômicos de Olho d'Água das Flores - AL.

1.2– Aspectos gerais olhodaguenses

Olho d'Água das Flores está inserida na região do sertão alagoano, a exploração dessa região, em especial o município de Santana do Ipanema, se deu, não unicamente, mas principalmente, pela concessão de lotes de terras para exploração, mas também pelo processo de povoação dos povos naturais no intuito de aculturá-los. Esta última ação foi liderada pelo Padre Antônio Duarte, e que não contam mais com uma “tapera”, isolada em meio a árida caatinga sertaneja.

Este processo de povoamento, somado a tanto outros eventos voltados para a exploração com pretensões de desenvolver a região, levaram ao enfraquecimento dos povos naturais, e ao mesmo tempo a um processo de resistência que perdura até hoje, com alguns quilombolas organizados, na tentativa de manterem ao menos parte de sua cultura viva, no Sítio Gameleiro, com os descendentes dos quilombolas.

A cidade de Olho d'Água das Flores, com a Lei nº 108, de 24 de agosto de 1948, criou o distrito judiciário de Olho d'Água das Flores, no município de Santana do Ipanema. Através da Lei nº 1473, de 17 de dezembro 1953, criou o município de Olho d'Água das Flores, com território desmembrado de Santana do Ipanema. e não conta com importantes registros públicos preservados sobre este e tantos outros processos importantes que poderiam servir de base para esta pesquisa, a não ser relatos orais, recurso que foge do objetivo deste TCC.

Por esse motivo, qualquer exploração acerca de aspectos históricos da cidade, somente seria possível por via de outros documentos que indiretamente se refiram à cidade. Há relatos que, fez com que os viajantes que passavam pela “tapera” do Padre Antônio Duarte, denominassem-na de Olho d'Água das Flores, nome que a tradição ainda conserva. Olho d'Água das Flores continuou por muito tempo um simples pouso

para viajantes até que, em 1884, veio residir na localidade os irmãos Ângelo e Gil de Abreu, cidadão trabalhador que, aos poucos, foi incentivando a agricultura e pecuária.

Em razão dessas dificuldades de acesso e inexistência de documentos históricos, escrevo a partir de alguns dados oficiais sobre a cidade e de alguns relatos sobre o município de conhecimento público e notório, ou passados por meio da oralidade a cada geração, além disso, algumas das informações advêm do fato de que vivi na cidade durante anos.

O simples fato de a cidade, sua população de maneira geral, não valorizar ou não contar com registros históricos públicos e/ou a preservação destes, é um dado por si só importante que mostra uma cidade que cresce, ou que busca crescer sem valorização de aspectos passados, capazes de elucidar e explicar os diversos instantes do tempo atual em que seus cidadãos vivem.

Elaborada em 2007, a Lei Orgânica do Município previa a criação de uma casa da cultura, elemento que só veio a se concretizar mais de sete anos depois. Uma “casa” cuja intenção mais parece ser a de enaltecer a figura e avivar a memória de um defunto político, professor e dono de escola, que por longa data atuou no município, do que apresentar aspectos históricos daquela cidade (NOGUEIRA, 2012). Basta atentarmos ao fato de que a casa recebe o nome deste homem. Casa esta que pretende (ia) contar a história da cidade.

Depois dessa parca quantidade de dados históricos acerca do município aqui expostas, podemos afirmar resumida e objetivamente que Olho d’Água das Flores fica a pouco mais de duzentos quilômetros da capital Alagoana, Maceió, e segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sua população urbana, ultrapassou a população rural, e os habitantes totalizam cerca de vinte e um mil. A economia da cidade concentra sua maior parte no setor de serviços.

– sobretudo, com um comércio, sem muito dinamismo nem diversificação. Já a política local, vive desde o período de redemocratização do Estado brasileiro, grosso modo, a alternância entre dois grupos políticos.

Devo antes de tudo atentar que descrevo a cidade “Olho d’Água”, de acordo com minhas experiências nesta mesma cidade, a partir de uma vivência de pouco mais de três décadas habitando o município e desenvolvendo relações cotidianas, participando de tramas relacionais entre amigos, desconhecidos, parentes, ex-colegas de trabalhos, desafetos e afetos pessoais etc. enfim, estou inserido nas entranhas sociais do município pesquisado, logo, o olhar sociológico que aqui se tenta fazer é também um

olhar de alguém que participa de algum modo do jogo político local, que tem sua posição nas estruturas sociais, que se envolve emocionalmente, que tem vínculos, que julga, e que carrega consigo elementos da vida vivida neste local tal como qualquer outro habitante, inclusive, alguns os entrevistados. Embora, atualmente, sintam-se muito mais um estranho neste meio.

1.2.2– Economia e sociedade olhodaguense

Firmada em uma região (centro-oeste do Estado de Alagoas) marcada por um desenvolvimento econômico não muito forte, o município de Olho d'Água das Flores, não goza, nem nunca pode gozar do tão falado “desenvolvimento”, afora a possibilidade de discussão acerca do tema e da polissemia do termo, este só existe em promessas eleitorais, como se o mesmo pudesse dar-se como que por encanto, a partir da simples mudança do governante local.

A economia local conheceu raras vezes “tempos áureos” onde a larga produção de algum bem foi capaz de, definitivamente, movimentar a economia da cidade, a não ser no caso do algodão, que na década de 70 e início da década de 80 foi estimulada pela instalação de uma indústria voltada para o “desfiamento” do algodão; além da cotonicultura, idos do século vinte, com produção escoada pela então, “estrada do algodão”, hoje rodovia AL-220.

É notório e claro que a produção agrícola sempre existiu e ainda existe, mais em escala reduzida. A cidade conta com algumas fazendas, com produção de grãos e leite, não se sabe de maneira precisa o impacto dessa produção na economia local, o montante financeiro gerado do que é produzido, nem da quantidade de empregos promovidos. Mas, sabe-se que a qualidade dos empregos no campo é, quase sempre, marcada pelo alto grau de informalidade.

O fato de Olho d'Água das Flores, ser um município que agrega tanto elementos urbanos quanto rurais obriga-nos a atentar essas instâncias como elementos que não estão separados, mas que se relacionam pelas ligações que as pessoas estabelecem entre si. O fluxo entre estas regiões é contínuo e constante, o que não impede que ambas tenham suas particularidades. No entanto uma interpretação maior sobre suas peculiaridades extrapolariam o limites desta pesquisa.

Em se tratando do campo, o tema da chuva ocupa uma forte centralidade. As conversas que os agricultores desenvolvem sobre ela são numerosas e podem render

horas; relatam e guardam na memória de forma precisa lembranças de “anos de secas” e “anos de cheia”; desenvolvem meios de “prever” esses anos, a partir da observação dos astros, dos céus e dos comportamentos dos animais; em suas manifestações religiosas há quase sempre a chuva como um pedido, uma prece; suas feições e estima própria parecem alterar conforme se tenha “inverno bom”, esteja “bonito pra chover” ou se tenha “seca”, ou mesmo durante o ano quando as chuvas cessam e se tornam raras.

A chuva, ao menos no campo, representa, entre outras coisas, oportunidade de trabalho. É um fator importante para a economia doméstica, capaz de gerar renda entre agricultores com terras e entre aqueles que trabalham em terras de fazendeiros, como os rendeiros. Age, portanto, na economia local.

Na cidade, de maneira geral, o centro comercial concentra-se em duas ruas, embora seja possível encontrar comércios em áreas residenciais. Mas, o comércio é presente tanto no campo como no meio urbano, em geral, aqueles se abastecem destes quando se trata de produtos industrializados, o que faz desses produtos, em geral, mais caros. Enquanto isso, alguns produtos agrícolas, vendidos no comércio da cidade, algumas vezes são oriundos da própria região rural, como o leite de gado, e algumas vezes, o arroz, o feijão, o milho etc. vendidos frequentemente a granel, em mercadinhos, e nas tradicionais bodegas.

Um dado constatado, mas que caberia uma investigação mais explanada, diz respeito ao fato de que parte dos comerciantes do município são também proprietários de terra. Este fato mostra o nível de concentração dos capitais, onde aqueles que prevalecem em certo setor da economia também predominam em outro setor. A situação torna-se mais severa, quando se constata que o setor de transformação é, na cidade, parco e conta com apenas algumas indústrias, as de bebidas e produtos de limpeza.

As indústrias de bebidas e produtos de limpeza têm sido alternativa de emprego para as classes médias e classes médias baixas. Os relatos a respeito da qualidade do trabalho desenvolvido dentro dessas facções envolvem aquilo que se pode identificar como “precarização do trabalho”, por sua não compatibilidade plena às leis trabalhistas, envolvendo, por exemplo, o não pagamento de horas extras, instabilidade empregatícia, assédio moral, insalubridade etc.

A pouquíssima qualificação profissional das profissões liberais, com pessoal de nível superior, não possui na cidade terreno propício para crescimento e

desenvolvimento para quase todas as profissões, em razão da falta de oportunidade para estes cargos, o fato de os mesmos exigirem maior remuneração, se desenvolverem por relações políticas clientelísticas etc. Pessoas do município e com ensino superior completo dificilmente podem continuar no município, resta-lhes quase sempre a busca por empregos em outras regiões.

Sem grande rigor, ao que se trata à “circulação do dinheiro” no município, esta se dá, pelo pagamento de funcionários públicos municipais, estaduais e federais, e, principalmente, pelo pagamento de programas governamentais de assistência social, bem como as aposentadorias e as pensões, juntos acabam sendo o maior volume financeiro despejado no município e, conseqüentemente, no comércio local, que somente se vê em pleno funcionamento quando o pagamento destes ocorre.

Mas, em se tratando de geração de emprego e renda em larga escala é a Prefeitura Municipal de Olho d'Água das Flores (PMOAF) o maior empregador do município, além dos concorridos e bem remunerados cargos de prefeito, vice-prefeito, secretário municipal e vereador, o grupo que abocanha a administração local tem ainda à sua disposição a possibilidade de indicar e nomear cargos a quem quiser, não sendo raro o abuso de poder, as perseguições políticas e o assédio moral nessas relações de trabalho.

Em um município carecido de empregos, a ocupação destes cargos é moeda de troca constante por votos. Esta troca não importa a classe econômica, afinal, estamos em uma região de economia pouco desenvolvida, de terras pouco férteis, de um comércio sem dinamismo e com indústrias que se iniciam, por isso, a disputa para assumir a administração pública é também uma disputa por recursos econômicos, para saber quem poderá gozar nos próximos quatro anos de uma gorda remuneração. Enfim, trata-se de um Nordeste que apesar das transformações das últimas décadas ainda permanece com algumas características.

O nível de “provocação entre os candidatos, afora outras possibilidades explicativas, tem também na busca por recursos econômicos sua possível explicação. Algumas pessoas tiveram a chance de ascender socialmente exatamente a partir de suas relações com o poder público, seja porque se tornaram políticos ou integraram a gestão municipal, seja ainda pelo fato de prestarem serviços à PMOAF, deste modo é na prefeitura local que é possível, de forma rápida e sem grandes esforços ou qualificação a conquista de salários que vão além dos padrões locais como no caso da alta cúpula administrativa, algumas vezes ocupadas por pessoas sem qualquer qualificação técnica adequada para os cargos e em cujos discursos não podem jamais esquecer de

mencionar o chefe do executivo, seja por agradecimento ou para engrandecê-lo.

Disso tudo, um inteligente eleitor é sempre inteligente trabalhador, já que a faixa etária que obriga o voto é quase a mesma da população economicamente ativa, que em se encontrando desempregada pode ser objeto de influência para a conquista de voto em troca de emprego na administração pública local. Assim, mais que um agente institucional político, a PMOAF deve, concomitantemente e de forma relacional, ser vista e analisada como um agente econômico, onde se desenvolvem relações de trabalho, de geração de renda, ao mesmo tempo em que se constroem aliados políticos, por essas mesmas relações econômicas.

1.2.2.1– Das relações políticas olhodaguenses.

A particularidade por oposição à impessoalidade perpassa profundamente as relações como em muitas cidades interioranas, não seria diferente nesta cidade e em sua administração pública, onde a meritocracia – típica das burocracias vistas ou tidas como eficientes – é pouco praticada, principalmente quando constatamos uma grande leva de ocupantes de cargos comissionados preenchidos por parentes e amigos por vezes sem qualquer qualificação técnica.

Sabe-se, raro as nomeações a cargos públicos, algumas vezes excepcional por atenderem nítidos critérios de conveniência, acabam sendo agravadas quando se constata a existência de funcionários-fantasma, tudo para dar conta dos compromissos de campanhas onde promessas de empregos são trocados por voto. Em suma, elementos que envolvem casos de clientelismo, levando a um inchaço na administração pública que ocorre na maioria das vezes, mediante a necessidade de atender às demandas dos apoios dados em eleições retribuídos com empregos.

Em meio as circunstâncias de relacionamentos marcados fortemente pelo lado “pessoal”, típico a muitas cidades do interior (CANIELLO, 2003) é que a sociabilidade ocorre, aliás, esta intimidade, acaba em parte, atingindo as esferas institucionais tornando a burocracia uma instância não tão impessoal assim.

As opções ou artifícios das políticas locais quase nunca obedecem a critérios de cunho partidário ou ideológico tanto por parte dos eleitores como por parte dos eleitos – como é comum no Brasil –, constituindo-se quase sempre em afinidade a nomes de candidatos (pessoalidade) ou a grupos políticos, pelos quais optam e com pouca frequência, chegam a mudar de posição, deste modo, esquerda e direita nunca ou quase

nunca aparece nos discursos de políticos, de correligionário de grupos ou entre a população e, de modo geral, tais expressões parecem não passar de uma referência geo-espacial quando utilizado em seus discursos.

Estes aspectos sobre personalismo mostram um elemento comum nos clássicos da sociologia brasileira e do pensamento político brasileiro, nas análises sobre o Brasil onde o público e o privado se confundem e se estendem como se não houvesse qualquer separação entre ambos (CARVALHO, 1997), além do fato de, em geral, as relações nas pequenas cidades se desenvolverem a partir de relacionamentos mais emocionais, como nos traz Magnani (1996) sobre Simmel e sua análise do habitante do pequeno município, por oposição ao indivíduo metropolitano, mais calculista etc.

Já as “batalhas” políticas têm se expandindo, principalmente, a partir de dois grupos – como já fora dito acima. São eles o grupo de Carlos André, empresário e fazendeiro, que chegou a integrar quadros do PSB (Partido Socialista Brasileiro), e em seguida partidos como o PDT (Partido Democrático Trabalhista), o extinto PFL (Partido da Frente Liberal) e atualmente encontra-se no PR (Partido da República).

E o de Renato Batista, empresário e também proprietário de terras, antigo aliado de Robertinho (ele já fora candidato a prefeito) e filiado ao PSB (Partido Socialista Brasileiro), só Carlos André fora prefeito por três mandatos não consecutivos, na Cidade. Mais recentemente, desde o ano de 2004, surge o nome de José Luiz dos Anjos, integrante do PP (Partido Progressista), produtor rural e advogado.

Destes três, somente José Luiz dos Anjos jamais se candidatou ao cargo eletivo de prefeito. Este adentra ao cenário político local, de imediato, sem galgar carreira, como é costumeiramente comum (MIGUEL, 2003). Desde o referido ano que se candidatou pela primeira vez (2004), vem disputando cada nova eleição, realizando poucas alianças ou apoios a políticos locais ou estaduais de destaque maior capazes de lhe proporcionar maior proeminência no cenário local, não obtendo grandes êxitos, talvez por esse mesmo motivo. Um dos entrevistados, afirma ter apoiado este candidato, aliás, em seu relato ele afirma que a diretoria, no último processo eleitoral (2012) teria ficado dividida tendo alguns votado neste candidato enquanto outros, teriam votado em Carlos André.

Um aspecto da cultura política local desenvolve-se no âmbito dos apelidos que os grupos políticos recebem, são eles “xô papai” e “merece respeito”, – fato também presente em muitos outros municípios, embora tal tradição venha se extinguindo em razão, talvez, do fortalecimento dos partidos políticos e maior institucionalização dos

processos eleitorais -, que caberia uma investigação de cunho socioantropológico no que diz respeito a origem de seus nomes.

Em Olho d'Água das Flores, os “xô papai” (do grupo de Renato Batista, PP) se opõem há anos aos “merece respeito” (do grupo de Carlos André, PSB). Mais recentemente, surgem os “meu cavalo é show” (de José Luiz dos Anjos – PP), uma sátira a seu lema de campanha política, por se autodenominar “da terra” e defender o voto em “gente da terra” nas eleições municipais, este discurso, é uma ofensiva a Carlos André, cujas origens são de outros municípios (respectivamente de Santana do Ipanema). Esses apelidos atribuídos a grupos políticos também aparecem na história eleitoral alagoana de décadas atrás.

É em meio a este contexto político, econômico e social que o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de O. A. Flores. (STTR – O.A.F) se insere não como parte integrante, mas também atuante e, por isso mesmo se torna elemento capaz de reforçar e ou modificar o conjunto de relações que se desenvolve nos mais diversos campos que se estabelecem nesta cidade.

Para esta pesquisa deteve-se em uma maior parte aos discursos do Entrevistado A corteados com outros dois entrevistados, não por ele ser mais importante, mas por ser o ator que está mais diretamente ligado ao sindicato, já que os Entrevistados B e C são respectivamente, integrantes da FETAG-AL (e, portanto, apenas responde por esta entidade) e um ex - militante partidário. O restante das análises se fez em decorrência de minhas observações e vivência prévias neste município, como já comentado.

3 – Relatos Oficiais: Visão de Sindicato e Sindicalismo para os Sindicalistas

1.3– A pesquisa e os entrevistados

Utilizou-se para esta pesquisa, um conjunto de entrevistas informais com mais de cinco horas de duração, uma delas se deu com um ex-integrante da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Alagoas (FETAG-AL), outra entrevista se deu com um ex-integrante da diretoria, desta vez do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Olho d'Água das Flores e uma última com um ex - militante do Partido dos Trabalhadores (PT), é válido observar que os dois primeiros também são filiados ao PT. Seus nomes foram ocultados. Também é necessário observar que alguns dos entrevistados já são por mim conhecidos, além disso, previamente já se

observa e já se conhecia a atuação política de seus integrantes – observações que advêm do acumulado de memórias pessoais sobre o sindicato –, sem contar conversas (não gravadas) com alguns agricultores não associados ao STTR, fazendeiros e conhecidos que possuem alguma relação com a entidade trabalhista.

A entrevista pessoal (com ares de informalidade) com o Entrevistado A (E1), se deu na sede do STTR – O.A.F. Durante a entrevista com E1, um amigo seu esteve presente e acompanhando, ele é integrante da diretoria do sindicato e integra movimentos sociais. Em certo momento ele foi incentivado a tecer comentários, suas opiniões e percepções foram consideradas. Mas, como sua participação se deu em um curto momento da entrevista, suas posições não puderam ser aproveitadas plenamente, já que não temos seu posicionamento acerca dos demais pontos abordados pelo roteiro de perguntas. Esse amigo do Entrevistado A será chamado de A1.

Em preliminar, o componente que se pode identificar ao início das entrevistas, por parte dos entrevistados E1 e A1, é certo ar de saudosismo, uma constante significação do passado como se este fosse mais politicamente expressivo, pela presença de padres e lideranças laicas atuantes e imprescindíveis do ponto de vista da ação política. Pessoas que, em razão de suas ideias, souberam agir (supostamente) em nome de certa coletividade, sobretudo em direção aos mais pobres ou em defesa destes.

Podemos achar, que nós vivenciamos à uma outra realidade de liderança. Porque antigamente a maioria das lideranças que nasciam, elas tinham uma assim dizendo, inspiração num padre, num pastor, [...] na década de oitenta, noventa a gente tinha muito padre aqui que a gente tinha como referência [...]. A gente via muita liderança desses movimentos da Igreja Católica; também o movimento do MST com aquele movimento de acabar com a Ditadura, uma revolução que era o que a gente esperava que tivesse mas hoje... e hoje você quase não vê mais liderança.

Existe, com equivalente frequência, uma tentativa de legitimar-se enquanto sindicalista. No discurso do entrevistado, isso ocorre quando se percebe que E1, direta ou indiretamente relata condutas, feitos e conquistas suas e de seu grupo, seja o PT, seja a diretoria do sindicato, ou seja, o dos cutistas – o que ainda assim, se configura uma referência a si mesmo uma vez que ele próprio integra essas organizações. Há muitas possibilidades explicativas para isso, mas foge ao objeto da pesquisa investigar as possibilidades da chamada construção de si.

Ainda sim, é necessário reconhecer que o próprio entrevistado em seu discurso fala constantemente em nome do (STTR), apesar de já não fazer mais parte dos seus quadros, segundo ele mesmo, “eu saí do Sindicato, mas o Sindicato não saiu de mim”,

aspecto que aponta o seu nível de envolvimento com esta organização e importância enquanto informante, mesmo tendo se ausentado da entidade. É evidente, como se percebe, uma tentativa de imprimir ou de se construir certa imagem, no momento do discurso, qualificando a si como “generoso”.

Já o Entrevistado B (E2) é um integrante da diretoria da FETAG-AL, seus relatos foram pouco utilizados nesta pesquisa, uma vez que com o decorrer da pesquisa o sindicato ganhou uma dimensão muito maior que a Federação, mesmo porque as estratégias discursivas do integrante desta entidade foram, durante toda a entrevista, de reafirmar o mais completo distanciamento entre as atividades da federação estadual e os partidos políticos, enquanto no relato do sindicalista, tem-se o contrário, mas servirão de referência enquanto discurso oficial e possibilidade de contraponto a algumas argumentações apresentadas por E1 e E3.

O Entrevistado C (E3) é um ex - militante do PT. Participou e atuou em campanhas para candidatos a deputados, os mesmos que o STTR de Olho d’Água das Flores apoiava, pôde desenvolver relações de relativa proximidade com integrantes do sindicato. Embora se mantenha filiado ao partido, hoje ele não atua diretamente na vida política da cidade, diga-se ainda que sua militância à época foi remunerada. Sobre E3 é preciso que se diga que, por certo momento ele esteve mais próximo de um antigo opositor de E1 nas relações políticas internas do sindicato.

Com certeza, existe um maior foco nos informes de E1, já que, afinal de contas é ele sindicalista e nosso foco é o sindicato local, e a partir de suas afirmações é que o mesmo reconhece que desenvolve ações políticas diversas com candidatos a cargos eletivos, sem deixar de realizar sua atuação como sindicalista e integrante de um partido, tornando possível, a partir dele próprio e do cotejo com a entrevista de E3, identificarmos o trânsito e a permeabilidade institucional do ator em questão.

A veracidade contida à partir das informações expostas pelos entrevistados, se deu pela própria confrontação dos relatos apresentados por estes, uma comprovação por outros meios não seria possível pelas dificuldades que isto implicaria, aqui apenas toma-se as falas dos entrevistados como uma espécie de modelo que exemplifica a multiplicidade das relações entre atores e instituições, bem como as percepções dos agentes sobre o sistema político no qual eles se inserem.

1.3.3– A organização sindical do (STTR) de Olho d’Água das Flores.

Segundo o Entrevistado 01 (E1), ex-integrante da entidade, “a fundação do STTR

de Olho d'Água das Flores, data de 12 de novembro de 1973”, além disso:

O trabalho para se fundar o Sindicato, aconteceu de forma conturbada, pois se por um lado os patrões e governos tentavam impor barreiras, por outro, os próprios trabalhadores, que sem consciência de classe, não estavam tão interessados em formar uma entidade, já que não tinham clareza da sua importância.

Este aspecto sobre o início da coletividade deste sindicato, sem um objetivo ainda definido, e com olhares divergentes sobre aqueles que iniciavam seus processos de ação política coletiva é que nos faz lembrar Gohn (1995) sobre as primeiras concentrações sociais ocorridas no Brasil ainda colônia onde “na grande maioria dos casos faltava um projeto político-social que fundamentasse as ações. Tudo ocorria por conta da revolta e do fervor da luta, em ações pragmáticas, sem nenhuma ou pouca estruturação racional” (p. 24).

El traz-nos ainda elementos que concebiam não só demandas desse período como um dos motivos que contribuíram para a formação sindical. Assim ele relata:

As fundamentais lutas eram pela diminuição nos pagamentos do “aluguel” pelo uso da terra, que era de meia (metade da produção era repassada para os donos da terra) quando a terra era destocada e possível ser tratada com o cultivador de tração animal ou de terça (30% da produção, repassada para o dono da terra) quando o trabalhador pegava a terra bruta e brocava, queimava, plantava, cultivava e colhia. Outro aspecto que o sindicato combatia, era o sistema de sujeição que os patrões tinham sobre os trabalhadores, com relação ao “fornecimento”, que era uma espécie de mercearia, que cada fazendeiro tinha, onde o trabalhador comprava o querosene, a rapadura, a farinha, o sabão, a cachaça, algum tipo de enlatado, instrumentos de trabalhos, vestimentas, rede, outros produtos que não eram possível obter do roçado. Sendo que o trabalhador era obrigado a dar três ou quatro dias de serviço para a fazenda e o pagamento era feito com a mercadoria, que patrão anotava num caderno, ao bel prazer, de forma que ele nunca tinha nenhum saldo positivo. O que ele trabalhava, ou o que ele produzia, nunca era suficiente para pagar a conta do “fornecimento”. Isso significava, que era impossível a emancipação ou a abolição do trabalhador, desta situação se semiescravidão.

Este sistema de relações de trabalho tradicionais no campo, é descrito por

Barreira (1992), que assim sendo contribui para demarcar e reforçar a dominação do patrão, do dono da terra, numa constante dependência do trabalhador com vínculo junto ao patrão e do consequente sobressalência da figura do fazendeiro.

E quanto às “origens” do sindicato, esta teria ocorrido no contexto da década dos anos sessenta em que qualquer forma de mobilização podia ser vista como ato de insubordinação ao Estado e passivo de perseguição, como parece ter ocorrido com o STTR de Olho d’Água das Flores nos relatos do entrevistado ao afirmar que:

Sobre movimentos e conflitos Gohn (1995) apresenta os conflitos sociais no campo como uma das características das lutas que surgiram no século XX no Brasil⁵. Citando alguns como o Movimento Colher de Pau em 1935, na Bahia consistindo em um agrupamento rural formado a partir da “invasão” de terras; a Revolta de Porecatu de 1950 no Paraná, que envolveu poceiros e grileiros pela posse da terra; já de 1958 a 1964 surgem movimentos pela reforma agrária: em 1960 surge o MASTER (Movimentos dos Agricultores Sem-Terra) no Rio Grande do Sul, a partir do conflito pela posse de terras; em meados da década de cinquenta, as Ligas Camponesas do Nordeste, com a participação de setores da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro; em 1963, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), que aparece como entidade representante dos trabalhadores do campo, sindicalismo fruto de alianças entre PCB e Ação Popular. Já no ano de 1979, alguns registros históricos datam a formação do Movimento dos Sem-Terra em Santa Catarina e a criação da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens, neste mesmo Estado.

Atualmente, o STTR de Olho d’Água das Flores, segundo o Entrevistado A possui em torno de três mil e duzentos associados, o Entrevistado A não soube precisar e, reconhece que desses, entre oitocentos e cinquenta associados contribuem com certa periodicidade com o sindicato, e um número ainda mais reduzido comparece às reuniões promovidas pela entidade. E, ao longo de décadas, as demandas alteraram-se:

Hoje, a busca pelo sindicato é mais uma conveniência, do ponto de vista de garantia dos direitos sociais (aposentadoria, pensão, salário maternidade, auxílio doença, auxílio reclusão). Não há uma adesão ao sindicato, numa perspectiva de fortalecimento da entidade, na busca da transformação social ou da luta de classes.

Assim sendo, pelo relato de E1, a possibilidade de obter bens, garantias e direitos que se realizam, de algum “jeito”, por intermédio do sindicato, já que para obter certos direitos precisam de uma comprovação de que são agricultores, e uma maneira de se

confirmar é pela carteira de associado ao sindicato, isto, de algum modo é que parece servir de indutor para as pessoas se associarem ao STTR de Olho d'Água das Flores.

El também proferiu comentários sobre integrantes da diretoria do sindicato e do próprio PT, afirmando que alguns desconhecem e em alguns casos são apáticos a atuação política e à vida partidária. Esse teria sido, para ele preço de crescer a qualquer custo o número de filiados.

Aí, quando no dia... Uma mulher *do diretório* vem dizer na minha cara “eu detesto política, coisa mais ruim!”. E eu [disse], “o que diabo a senhora tá fazendo aqui num partido político? Isso aqui é pra quem gosta de política!”. A mulher diretora de um partido político dizer que detesta política?!

Enquanto isso, o sindicato conta com pessoas que, em sua opinião não dispõem de conhecimentos sobre direitos civis e sociais, o bastante para representação da entidade em conselhos municipais nos quais tem cadeira. Aspecto que ele vê como negativo, e reconhece erros como a falta de uma formação política: “e nesse conjunto acho que não tem nem 8 que tenha uma certa clareza do que é política pública, do que é participação social, do que é participar.”

Não é possível esperar que, mesmo em se tratando de uma organização, todos estejam em mesmo grau de envolvimento e participação, mesmo porque a própria organização não permite isso e o nível de interesse e investimento das pessoas nessas mobilizações ocorre em proporções distintas.

Dahl (1988) e Michels (1982) é que nos apontam esses fatos, aquele que busca dividir em categorias a sociedade, desde os que são apolíticos aos que detém o poder; enquanto este ao demonstrar o caráter oligárquico das organizações, apresenta o modo como o poder por diversas razões pode tender a se estabelecer entre uma minoria que comanda e uma imensa maioria que obedece a seus estímulos.

Nesta pesquisa, esses princípios somados a outros parecem ter contribuído para a formação de uma espécie de elite sindical, um grupo detentor de maior influência por sobre os demais, talvez pela concentração de capital político, simbólico e social, acumulados ao longo das “caminhadas” destes sindicalistas, principalmente desde 2004, quando os cutistas passam a presidir a entidade, possibilitando mobilização de votos para candidatos.

1.3.3.1– As relações entre o sindicato, instituições e governos.

Como era de se esperar e em alguns casos já se sabia, foi compreendido na entrevista que o Sindicato mantinha ou tentava manter relações com outros organismos, instituições, não somente com partidos. Esboçaremos suas relações com essas outras entidades de classe ou não.

Começamos pela relação do sindicato com a FETAG-AL, entidade que representa os agricultores a nível estadual, congregando todos os sindicatos de trabalhadores rurais de Alagoas. Os relatos parecem dar conta de uma atuação articulada (como que em rede, no sentido de que se estabelecem vínculos, o que não significa existir um relação horizontalizada), pois enquanto filiados a esta entidade, o entrevistado E1, afirma seguirem suas recomendações e atividades por ela iniciada tais como “as Assembleias, Plenárias, Congresso, eventos de massa como o Grito da Terra Brasil. Que serviu também como instrumentos de pressão e cobranças por políticas públicas.

Além disso, ele também comentou sobre seu potencial de representação e atuação ao mencionar que a FETAG-AL “tem poder de negociação com qualquer autoridade estadual, desde o governador aos chefes de repartições do Governo do Estado”, embora não cite momentos em que isso tenha eventualmente ocorrido. Ele segue afirmando que esta representação também alcança “as autoridades que representam o governo federal aqui no estado de Alagoas. É o caso do INCRA, INSS, DNOCS”.

Novamente, mesmo não dando exemplos claros e específicos das consequências práticas da atuação da FETAG-AL, ele afirma ainda que “ela tem conseguido negociar [...] defendendo os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras”. Ao mesmo tempo, talvez tentando de algum modo explicar os limites de uma suposta combatividade desta organização, reconhece que essa negociação ocorra mesmo sabendo que “a correlação de forças nem sempre seja de combatividade ou de radicalidade, já que a mesma desenvolve ações em parceria com os mesmos”, se referindo aos governos e seus órgãos citados acima.

Eis que, pode-se dizer que tem-se um exemplo de permeabilidade e trânsito institucional, quando se afirma que há parceria, ou pelo mesmo, uma relação próxima entre a Federação e o Estado no desenvolver de ações políticas, que pelo trânsito dos diferentes agentes que integram a teia do Estado ou as instituições sindicais, podem por meio de canais de negociação passar a se inter-relacionar.

O próximo extrato, retirado da fala do entrevistado A1, demonstram como este trânsito e esta permeabilidade podem também se desenvolver, ele fala numa perspectiva de perda de referências políticas e em tom de saudosismo, e reclama da ausência de

padres de “luta” como os que existiam antes, e do fato de que antigas lideranças estarem atuando junto ao Estado:

“A gente vive hoje uma nova realidade de liderança... Na década de oitenta e noventa a gente tinha muito padre como referência [...] hoje a gente quase não vê liderança... as lideranças hoje ou tão na prefeitura *atrelados*, ou ficaram num comodismo que lutar não vale mais a pena.” (Grifo meu).

Seu discurso torna-se um pouco mais emblemático quando continua com sua ideia de que perdera os referenciais pelo envolvimento das organizações dos movimentos sociais com o Estado: “eu não tenho mais fé no MST, eu não tenho mais fé na CUT, não tenho mais fé na FETAG-AL que deixaram de ser classista, de lutar por uma causa, pra se atrelar ao poder político”, e finaliza partindo agora para a ideia de referenciais políticos: “eu não tenho mais o MST como referência, eu não tenho mais a CUT como referência, e os padres que a gente tinha como referência antes não existem mais”.

O enunciado no discurso do entrevistado A1 é significativo, não só porque demonstra assimilações suas sobre instituições diversas como pelo fato de ele revelar alguns aspectos que envolvem acercamento com o Estado, sendo válido lembrar que ele integra algumas dessas entidades não hesitando em revelar seus incômodos. Pode-se afirmar, de acordo com D’Araújo (2009) que essa relação também ocorre na esfera federal, não só na estadual, já que a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, por muitas razões, aumentou a presença de integrantes de instituições sindicais na cúpula do governo, em cargos de confiança.

Em outro momento, a FETAG-AL é caracterizada pelo entrevistado E1 como “um braço do Estado”, “um departamento do governo do Estado”, por executar projetos em parceria com este, mas ele reconhece isso como algo importante.

Assim, sua insatisfação não se faz unicamente com a Federação, organismo classista, mas também com um movimento social de tradição reivindicativa, o qual ele integra, embora não se saiba o nível de envolvimento e relacionamento que o entrevistado E1 estabelece para com os dois (Federação e movimentos sociais).

De uma forma geral, podemos dizer que o que o Entrevistado E1 reivindica, é a presença de elementos como autonomia e liberdade, tão caros a qualquer movimento sindical ou social, e que pela relação que desenvolvem podem comprometer a legalidade da organização em si.

Dessa forma, a ideia de como a organização dos movimentos sindicais dos trabalhadores rurais e da sociedade civil deveriam ser ou mesmo como eles foram em certos momentos, ou seja, autônomos, reivindicativo, independente e combativos, é por ele próprio o entrevistado (E1) demonstra ser contrário ao modo como eles são, como se encontram atualmente no cenário atual.

O vínculo dos movimentos sociais e das lideranças à estrutura organizacional e política do Estado, parece ocasionar perda de referência e, de modo geral, em seus relatos, com base em elementos que para o entrevistado, parece pôr em entrave alguns princípios como a capacidade de reivindicação junto ao Estado, numa perspectiva classista, e principalmente combatente, autônoma e livre de qualquer influência.

Assim, depois de compreendermos tudo isso, não seria também controvérsia por parte dos sindicalistas criticar a proximidade com o Estado ou governos, uma vez que declara-se e assume-se a relação com candidatos por parte do Sindicato do qual integram os quadros, declarando apoios a candidatos, que seu ex-integrante prefere denominá-los de “interlocutores”?

O sindicato rural de Olho d’Água das Flores ou pelo menos, setores que compõe esta entidade desenvolvem apoio a algumas candidaturas, tanto nas eleições municipais como para os cargos de deputados, senador, além de cargo majoritário de governador e presidente, no entanto, os apoios não são unânimes, embora haja uma tentativa de unificar o voto dentro da diretoria e entre os agricultores, o que de alguma forma ainda torna aparente a possibilidade de relação entre sindicalistas e candidatos:

Sempre existiu um empenho para tentar [unificar] [...] Houve o esforço de tentar unificar a diretoria. O que nunca foi possível. [...] A gente não consegue fazer consenso, nem com relação a diretoria, imagine fazer com os agricultores. Então, a “sociedade” não tem clareza da importância que tem de eleger um vereador. Na cabeça das pessoas, vereador é aquele que... Primeiro, tem que ter estrutura na cabeça do povo. O vereador que não tem nem um carro pra lhe levar pro hospital, ou pra fazer uma viagem a Maceió. Ou para botar uma “caçamba” de areia aqui, ou pra ir buscar uma mudança, ou coisa assim. Ele não presta pra se eleger ! Na cabeça do povo, vereador “liso” não existe.

Em seu discurso, é demonstrado uma consolidação do voto, que aparece como um recurso, uma estratégia para realizar uma representação classista, um tipo de voto que viria de um “esforço de consciência” de que se deve votar e eleger certo de político, que não seja aquele que desenvolve ações assistencialistas e clientelísticas.

Em relação à CUT, A1 afirma que, antes, quando a mesma não era governista, estava do lado do grevista, na fábrica. Mas agora se submeteu ao Estado. Aliás, não só

A1 como E1, têm visões idênticas. Sobre esta relação partido-central sindical-governo, o Entrevistado 01 busca definir o modo como se estabelece a relação de proximidade que existe entre centrais e partidos políticos no Brasil, “cada entidade tem como fonte inspiradora uma tendência política. A CUT é do PT...[corrige-se] dos partidos de esquerda, [...] o pessoal do PDT tá na Força Sindical, PTB também.

Entretanto, as associações das centrais partidárias é assumida e vista como algo ideológico, embora no andamento da realização da entrevista, não se tenha procurado investigar o que o entrevistado concebe sobre tal termo, é como se ele justificasse que a aproximação se desse quase que exclusivamente por afinidade comum, não argumentando nenhum outro elemento capaz de fazer com que a associação entre esses dois organismos ocorra.

Essa aproximação entre movimentos sociais e sindicalistas que passam a integrar o tecido do Estado é algo que parece ser ambíguo, ou pelo menos, é algo que é ao mesmo tempo aceito e criticado pelo entrevistado, que ao mencionar o fato de que alguns atores integrem governos, ele relata:

No presente, estamos num contexto diferente. Os movimentos sociais que no passado nasceram para lutar, pra reivindicar, os movimentos sociais que não conseguiam... não estavam preparados pra governar. A própria CONTAG-AL não conseguia ir à algumas manifestações para defender os sindicalistas... ia muitas vezes pra apanhar da polícia e hoje o governo consegue dialogar.

Assim, ao passo que “ultrapassados” setores da esquerda alcançam o Estado e a relação com movimentos muda (ao menos aparentemente), na percepção de E1, esta alteração promove certo grau de modificação na própria forma de agir dos movimentos que se veem, por assim dizer, sem saber ao certo como se portar diante dessa nova conjuntura política.

Deste modo, a aproximação ao Estado por parte dele é visto com desconfiança. Ao mesmo tempo em que se faz necessário observar que ele e os demais sindicalistas promovem uma aproximação junto a políticos, chegando a chamá-los de “interlocutores”, como veremos na sessão seguinte.

Voltemos, agora, para observar sua relação com outros movimentos sociais. Ao ser feita esta pergunta ele voltou-se, principalmente, para um “certo” Movimento Contra a Seca (MCS), afirmando, de imediato que, no ano de 2004 trouxemos para Olho d’Água das Flores o MCS.

O uso do “nós”, frequentemente aparece em seu discurso, por vezes para

imprimir certo ar de coletividade, união e coesão do grupo, outras vezes, em outros momentos, parece resultar como estratégia para falar de si, evitando ser identificado como talvez, um possível egoísta, alguém que parece se vangloriar de seus atos e suas conquistas.

Continua, o entrevistado, afirmando que “esse movimento o MCS, tem atuação constante no município, de modo particular, nas comunidades impactadas pela falta d’água”. Novamente o entrevistado não cita fatos de onde e como teriam ocorrido ou estabelecido maiores vínculos com esta organização, não se sabe se o vínculo limita-se ao fato de terem (segundo seus próprios relatos) “trazido” esta organização para a região, ou se ele foi e continua próximo a esta organização.

Outro aspecto interessante em seus relatos está na tentativa de justificar a importância da organização, principalmente daquelas em que seu nome encontra-se, de algum modo, envolvido, seja por ser integrante, por ter implantado, por ter contribuído na formação e na organização. Não poderia ser diferente a respeito do MCS, assim E1 os enaltece afirmando que “eles mobilizam caravanas para audiências e ocupações de prédios públicos, dão cursos e treinamentos para as famílias, capacitam lideranças, mobilizam grandes quantidades de pessoas para as atividades”, finalizando ao afirmar que “discutem nas bases os problemas, formam ou apoiam as associações comunitárias, se articulam em nível nacional”.

No que diz respeito ao relacionamento com Organizações Não-Governamentais (ONGs), segundo seus relatos, uma das poucas vezes que isso ocorreu foi com a Articulação Semiárido (ASA), organização que congrega uma rede de entidades no semiárido brasileiro, cujas ações são voltadas para o convívio com este clima e esta região. A ONG em questão desenvolve, segundo o entrevistado, as seguintes ações: “cisternas de placas, cisterna calçadão, barragem subterrânea, mandala, quintais produtivos, bomba d’água popular e outras”. Embora a relação não apareça de forma tão clara em seus discursos, de algum modo a entidade mantém proximidade com entidades não - governamentais.

Sobre esta questão incluindo ONGs, captou-se na resposta um pouco sobre a assimilação do entrevistado sobre este tipo específico de organização. Seu comentário parece ser como em outros momentos, uma tentativa de justificar a vinculação do sindicato a este tipo específico de organização da sociedade civil.

Ao que parece, E1 procura frequentemente defender certos posicionamentos que foram quase sempre aqueles que ele já cometeu ou que já ocorreram com ele ou

com a entidade que participou, como por exemplo, ter feito parceria com ONGs, em razão disso sobre a relação com elas ele, tentando justificar a importância dessas entidades, afirma que “os organismos do governo, não são suficientes para dar conta de implementar as políticas públicas voltadas para as populações rurais. As ONGs sérias têm ajudado e muito ao governo e à sociedade no processo de discussão, proposição”.

Conforme à questão da ligação com o poder público municipal, tem-se diferentes descrições a depender do período histórico em questão. Para ele, esta relação sempre foi a de cobrança de políticas públicas, embora estas jamais tenham sido atendidas, mas “tradicionalmente o STTR de Olho d’Água das Flores, vivia ligado ao poder local. Inclusive, um dos presidentes foi vereador do município.” E o sindicato ainda “contava com funcionários pagos pela prefeitura e outra benesses”.

Assim dizendo, essa questão do ex-presidente do sindicato que já fora vereador, é fundamentada na entrevista pessoal em razão do fato de que este possuía uma relação com o sindicato em sua juventude e porque seu pai era agricultor. De todo modo, podemos considerar uma diferença entre os dados obtidos por meio de um formulário e os obtidos por meio de entrevista informal.

Para ele, as circunstâncias se altera quando, aquilo que ele chama de “um grupo de cutistas”, do qual ele se inclui, assume o sindicato nas eleições de 2004, assim sendo, após isso, “esta aliança foi rompida e o sindicato passa a assumir uma postura de independência e de oposição propositiva e de cobrança das políticas públicas para o campo”. Com isso, a relação com o poder público, deixa de ser amistosa para ser conflituosa, em função da (suposta) postura combatente de seus novos integrantes.

O Entrevistado E1 assume assim um discurso alicerçado na ideia de ruptura histórica com práticas e relações sindicais que se desenvolviam antes, semelhantes às exposições acima sobre o sindicalismo marcado pela ideia de novo e velho, ou seja de ruptura com um certo passado.

Contudo, um exemplo de uma situação de conflitos com o poder público municipal está presente quando E1, afirma que “por ser de oposição, por cobrar e denunciar as omissões e descasos do poder público, um vereador no ano de 2007 acusou toda a Diretoria do Sindicato, de ser uma quadrilha”, e continua dizendo que “Fomos para a Câmara Municipal, pedir o direito de defesa, que foi negado pelo presidente da casa, que acabou chamando a polícia para nós”. Finalizando por dizer que somente um vereador prestou-lhe apoio.

É conveniente recordar que este episódio se relaciona a uma ocupação de terras ocorrida em 2005 e 2007, do qual segundo ele, houve a participação do sindicato com apoio, tendo o entrevistado, participado destes momentos, sendo que em razão da última ocupação um processo judicial lhe fora apresentado:

Duas propriedades foram ocupadas por trabalhadores rurais e nas duas vezes, o sindicato esteve apoiando. No ano de 2005, foi a Fazenda Victória, de propriedade do Sr. Arnóbio Silva, no sítio Piau, que acabou não dando certo, por conta da morosidade do INCRA e de alguns funcionários que não colaboraram com o processo, que seria de compra pelo Decreto Federal. A ocupação durou quase 06 meses e conseguiu mobilizar mais de 200 famílias. No mês de maio de 2008, foi ocupada a Fazenda Natalício, de propriedade do Sr. Tico Natalício, no Sítio Gato, no município de Olho d'Água das Flores, que acabou sendo reconhecida como improdutiva e já foi desapropriada e 17 famílias estão assentadas.

Um último ponto a ser exposto é esta relação com a prefeitura municipal, em que ele sustenta que eles, os sindicalistas, nunca sofreram qualquer tentativa de interferência em seus assunto internos, ao passo que em certo momento afirma que houve períodos em que o sindicato “usufruí” de funcionários pagos pela prefeitura local, bem como no oferecimento de serviços de saúde: “era muito sindicato de balcão, [...] e durante muito tempo o sindicato tinha convênio com a prefeitura [...], o dentista, ele era contratado pela prefeitura e pelo sindicato[...] Tinha vários médicos [...]. Todos eles eram pagos pela prefeitura”.

Segundo o governo local, o Entrevistado A, afirma não ter um “interlocutor”. Embora o Partido dos Trabalhadores (PT) possua um representante na Casa Legislativa do município, o entrevistado afirma não crer em suas posturas como a de um atuante do partido, além disso, reclama do fato de ele nunca ter aparecido a uma reunião do Sindicato. Afirma que “o mandato dele é muito apagado, apagado, assim, pro padrão de um petista que é combativo, que denuncia, que critica, que participa, que movimenta a comunidade”.

A respeito deste mesmo político E1 critica sua não atuação junto ao sindicato reclamando dele presença nas reuniões da entidade, criticando-o porque “nunca participou de uma reunião do sindicato”. Percebe-se que a participação junto a entidade é não só algo desejado como esperado, trânsito e permeabilidade são almejadas.

Mas a chance de que um próprio agricultor torne-se um vereador, junto aos governos municipais aparece quando E2 afirma que desde 2004 a FETAG-AL incentiva candidaturas de agricultores, como se verá em outro momento. Neste sentido ele afirma, que cerca de 04 agricultores se tornaram vereadores em suas respectivas

idades. Talvez se possa encarar isso como uma alternativa para romper com o “interlocutor”, já que a partir daí tem-se a possibilidade de que o próprio agricultor atue diretamente junto a governos, sem a necessidade de um intermediário sem relações tão próximas com o sindicato local.

Neste termo indagou-se atender alguns aspectos ambíguos dos relatos apresentados, essa ambiguidade em alguns casos é constatada quando as ferramentas investigativa muda, deixa de ser formulário e passa a ser uma entrevista, na próxima sessão isso continuará, bem como no próximo capítulo onde os relatos dos entrevistados e não só o de E1 serão cortejados.

Além do mais, até aqui neste capítulo, tem-se buscado perceber as percepções do entrevistado sobre diversas organizações, assim como as relações desenvolvidas por estas e o sindicato, tomando como base única os relatos dados, deste modo pode-se perceber que a entidade sindical desenvolve parceria ou ações conjuntas com outros organismos. Novamente, o trânsito dos agentes entre as instituições, nos possibilita ver sua permeabilidade, numa busca não só por benefícios coletivos, mas por possíveis bens simbólicos individuais para sindicalistas.

1.3.3.2– Suas relações “Entrevistados”: Sindicato e Partido.

O entrevistado E1, afirma o apoio dado a certos candidatos e utiliza o termo “interlocutores”, para classificar e definir a suposta importância destes mesmos apoios, justificando-os pela necessidade de se ter representantes nas instâncias governamentais no intuito de que as demandas da classe possam ser atingidas ou pelo menos levadas aos governos federal ou estadual.

O que estaria justificando esses apoios, se no formulário cedido pelo entrevistado, a ideia de “interlocutor”, como alguém capaz de defender e representar agricultores e agricultoras é estabelecido e defendido como algo positivo enquanto na entrevista pessoal ele admite não existir maiores consequências práticas para o sindicato e seus associados decorrentes dos apoios dados aos candidatos eleitos?

Olhemos como a ideia de “interlocutor” avança e ganha significados em seu discurso, e ao mesmo tempo serve de justificativa para prestar apoio a candidaturas políticas. Há diferença entre suas opiniões em torno da ideia de “interlocutor”, quando eu lhe questiono sobre eles, por meio do formulário e depois com a entrevista, onde se pode aprofundar mais os assuntos.

É significativo que se ratifique, que a ideia de interlocutor parece pressupor um alguém destinado a representar politicamente alguma ideia, um indivíduo ou um grupo. Alguém disposto a falar em nome de quem ele representa ou mais que isso capaz de elaborar ou executar políticas públicas em benefício ou em assistência a certos setores organizados ou não.

Na última eleição, os diretores, em sua maioria, votaram em Ronaldo do INSS e Paulão para o parlamento estadual e federal, respectivamente. Estes têm levado algumas demandas do município para o Governo do Estado e o governo federal. No parlamento municipal, não temos nenhum interlocutor. É importante sim que existam estes apoios, pois como eles estão mais próximos do poder maior, têm informações sobre as políticas e programas, o diálogo com as instituições do governo se torna mais fácil.

Diretamente por ter falado que seus “interlocutores” têm levado aos governos estaduais e federal suas solicitações é que se torna possível se questionar, quais seriam essas pautas e principalmente, qual tem sido o retorno dado por esses mesmos candidatos, agora deputados, a seus eleitores. Afinal de contas, o que eles, os agricultores de Olho d’Água das Flores têm recebido em troca desses apoios que possam justificar uma mobilização para a campanha de certos candidatos?

Williamberg – Não só em relação ao Ronaldo do INSS, mas em relação a outros apoios, que vocês podem ter dado a outro político, vocês sentem algum retorno?

E1 – Não, não. [...]

Williamberg – Só voltando àquela questão que a gente tava sobre esses interlocutores que vocês têm, é válido investir nesses interlocutores, nesses políticos?

E1 – Rapaz, não.

Williamberg – Tem sido válido?

E1 – Não, porque como eu te disse. As pessoas conseguem as políticas, a pessoa individualmente consegue, que dirá a entidade. É importante ter um vereador, um deputado? É! É importante pra gente ter mais força, pra conseguir uma audiência com o governador e é um parlamento, é importante ter um deputado pra propor leis e as políticas públicas. É um instrumento que a gente nunca, num vou dizer abrir mão deles, mas [...] o sindicato acho que nunca precisou desse povo assim, né? O sindicato hoje consegue caminhar com suas próprias pernas...

A explicação para a possível falta de “retorno” por parte dos políticos apoiados por eles encontra resposta tanto na falta de busca por parte do sindicato, como pela quantidade de votos dado ao político. Além de outros aspectos como a relação do “interlocutor” com o executivo.

O entrevistado E1 em sua “fala”, admite que, em geral, eles é que vão em busca dos deputados, para apoiá-los nas eleições, diz ainda que um vínculo maior não existe porque nos do sindicato é que não temos procurado os mesmos, “quem tá interessado é que vai atrás”, e reconhece depois que têm se omitido, “a gente é que não foi”, ao mesmo tempo em que no formulário ele afirma que, “precisamos ser protagonistas e não viver à reboque da agenda ou das informações dos políticos. Ao contrário, eles é que precisam estar atentos às nossas agendas”.

Aliás, a questão a se responder é: porque continuam apoiando candidaturas, se sequer têm ido à procura deles, ou melhor, se não há vínculo, se não há benefícios, não há retorno, se eles sequer têm ido à procura de políticos depois de apoiados e eleitos por eles mesmos, e principalmente, se o sindicato nunca precisou destes podendo caminhar com suas “próprias pernas” como ele mesmo afirma, por que considerá-los como interlocutor? Por que o apoio ocorre? Estes elementos nos fazem questionar o motivo desses apoios celebrados.

O mais emblemático em torno da possibilidade dos estabelecimentos desses “interlocutores” é a possibilidade de qualquer retorno, enquanto benefício para os agricultores locais encontra-se após certa insistência de minha parte sobre o tema, onde E1 reconhece não haver retorno e completa, “o sindicato acho que nunca precisou desse povo assim, né?”. Como vimos no trecho.

Após reconhecer que o sindicato não tem procurado seus “interlocutores” como deveria, E1 completa, talvez tentando justificar: “o Ronaldo veio várias vezes aqui”. O Entrevistado C também cita a presença de Ronaldo do INSS na cidade e o apoio do Sindicato num momento, conduzindo aqueles que estavam em uma reunião sindical a se dirigirem para o local onde o candidato estava para o lançamento de sua campanha.

Williamberg - Mas nessa reunião de lançamento, vamos chamar assim, vocês, inicialmente, falavam com eles [os associados ao sindicato] em reunião aqui [na sede do STTR-Olho d'Água das Flores], em assembleia?

E1 – Sempre era combinado aqui. Eu falei 15 (incompreensível). Então, é um grupo de bem 30 pessoas [está se referindo ao total de membros que compõem a diretoria sindical].

Williamberg – Junto com os filiados, vocês fazem essa espécie de lançamento da candidatura...

E1 – É, só que é difícil, como eu te disse. A gente não consegue fazer consenso, nem com relação a diretoria, imagine fazer com os agricultores.

Assim, a busca também parece ocorrer por parte dos próprios candidatos políticos, não bastando somente que haja certa intencionalidade dos STTRs em apoiá-los, mas de que os candidatos se façam presentes, que se mobilizem minimamente a fim de que possam conquistar os votos. É provável ainda que os próprios políticos, em alguns casos, contatem os sindicatos, ou mesmo a federação para que a mesma acione os sindicalistas/sindicatos. Mas isso exigiria maiores evidências, no entanto E1 comenta algo que nos leva a concordar com essa possibilidade, quando ele afirma que um ex-integrante da FETAG-AL iria se candidatar: “Inclusive, o próprio [nome de integrante da FETAG-AL], acho que em 2002, ele estava cotado pra ser candidato a deputado.

No caso da “interlocução” Ronaldo, em certos momentos E1, para explicar o apoio dado a ele, faz isso tentando salvar sua atuação enquanto parlamentar, de “pouca atuação” em benefício do sindicato ou dos agricultores, afirmando que essa pouca atuação ou pouco poder de barganha advém do fato de não ser “bajuladora do governo”, tentando, por esse motivo, justificar o apoio dado por eles a ela, finalizando ao dizer que ela sempre fala em defesa dos agricultores, e que assim ela consegue dar voz ao movimento.

E1 tanto faz parte de partido político, como movimento social e sindical, seu discurso parece ser, na verdade, e de um modo geral, uma variedade de crenças, onde parece concordar com qualquer ação política que carregue consigo pretensões que ele julgue ser reformistas que caminhem no sentido de diminuir as desigualdades sociais, mas principalmente, econômicas, e para isso, ele não parece se importar se os meios para tanto se encontram na ação dos movimentos sociais ou dos partidos, embora pareça optar por aqueles, não por acaso, o ambiente político que ele frequenta e integra com mais intensidade e, principalmente, com mais influência.

Do mais é entendido que, como foi dito acima, o entrevistado “sindicalista”, por sua vez, chega a criticar governos, assim como a atuação parlamentar inclusive de candidatos eleitos apoiados por ele. Seria esta uma estratégia? E se for, seria uma tentativa para mostrar capacidade de que, apesar de apoiar candidaturas e se envolver politicamente com estes, se manteria combativo, com lucidez analítica e com independência para tecer comentários de quaisquer teor sobre estes mesmos candidatos, mesmo tendo sido integrante do sindicato, reafirmando assim, seu posicionamento crítico e lúcido, demonstrando não ter sido cooptado?

Também, por não ser parlamentar, mas tão somente ser filiado a um partido, E1 ao mesmo tempo, com mais frequência, busca se situar dentro âmbito dos movimentos sociais, reconhece-se como alguém que executa demandas junto a governos, e que por isso mesmo não encontra-se dentro da estrutura governamental, e é seu próprio discurso que dá conta disso, quando afirmou no trecho mencionado a pouco que “eles [políticos] é que precisam estar atentos às nossas agendas.” (Grifo meu). Aqui, pelo uso da expressão “nossa” ele passa a se situar no âmbito dos movimentos. Seria mais uma aspiração de se colocar como combativo? De se colocar como um analista crítico, apesar do apoio prestado? Ou seja, se portando do modo como se espera, como se deveria se portar um sindicalista: questionando, criticando?

É bem óbvio que a possível indefinição do discurso do sindicalista, que se coloca aqui, começa com o próprio fato de o mesmo falar em nome de uma entidade da qual ele sequer integra (ele mesmo reconhece isso afirmando que embora tenha saído da entidade a mesma não saíra dele – como no trecho exposto acima), mas que, muito provavelmente, tenha total abertura, uma vez que, por vínculos pessoais de amizade seu acesso ao sindicato seja de um trânsito livre, que também ocorre por suas habilidades de articulação política, reconhecimento de sua figura no município (por ser uma liderança rural – possibilidade de influenciar pessoas), capacidade técnica e conhecimentos sobre aspectos legais ligados ao campo e no âmbito dos direitos civis e sociais, enfim, de uma legitimidade conquistada dentro da entidade, ou melhor, por entre os atores que dela fazem parte e decorrente de um acumulado de capitais simbólicos, políticos e sociais.

Para finalizar, E1 na tentativa de esclarecer os apoios, passa a tratá-los como algo ideológico, que ocorre por afinidade de ideias, mesmo argumento para explicar a filiação à CUT em relação a outra entidade: “Na verdade, por ser do PT. A gente tem um histórico de interlocutores. A minha opção pelo PT é muito mais ideológica do que pragmática. [...] do ponto de vista pragmático, nós teríamos interlocutores de outros partidos que teriam atuação muito maior”.

Esta seria para ele um meio de justificativa para o apoio dado a certas candidaturas, a proximidade ideológica, a semelhanças de ideias entre os agentes (partidários e sindicais) proporcionaria uma maior tendência a se relacionarem, tornando viável o desenvolvimento deste apoio às candidaturas do PT, pelos sindicalistas igualmente petistas, em suma, a aproximação pode ser explicado pela homofilia.

É provável, mas careceríamos de maiores elementos capazes de comprovar isso, que o planejamento destes apoios possa ser desenvolvido pela elite sindical, ou a parcela mais envolvida com a política institucional, que coincidentemente ou não é aquela filiada ao PT, e que é capaz de exercer certo nível de influência sobre os membros da entidade. E3 fala que em certa vez ouvira de um associado ao sindicato que a entidade seria capaz de conseguir uma centena de votos para certo candidato, este aspecto mostra a força política dessas instituições.

2 - Ponto vista: cortejando e analisando seus relatos.

Dahl (1988) alega que “as definições nos ajudam a compreender a linguagem, mas, por si mesmas, não nos permitem compreender o mundo ‘real’. Para isso necessitamos de *proposições empíricas [...]*” (p. 26 – Grifos do autor) deste modo o autor busca indicar a importância da pesquisa empírica, capaz de contrapor aos discursos, as afirmativas com os dados empíricos captados, no intuito de avaliar sua veracidade, falseabilidade, ou seja, para que, “pelo menos em princípio possam ser confirmadas ou refutadas pela experiência.” (p. 26). Embora reconheça a dificuldade dessa articulação, fez-se isso, em parte, nas sessões anteriores e se buscará fazer de maneira mais intensa aqui.

Objetiva-se aqui fazer a partir de agora uma contraposição a alguns dos relatos apresentados por E1, relatos oficiais apresentados nas entrevistas, numa comparação com o que se pode captar de outros relatos. Analisar-se-á o sindicato com base nos achados a partir das entrevistas realizadas, entre sindicalista e um ex - militante do PT, é válido ainda reafirmar que aqueles também possuem filiação à esse partido.

Reconhecer a existência de uma relação entre partido e sindicato não era esperado no início da pesquisa, uma vez que o esperado, em geral, é que o sindicalista pudesse tender a não admitir ou reconhecer qualquer vínculo com partidos políticos, sob a pena ou risco de estarem pondo em xeque a credibilidade, mas principalmente, a autonomia do sindicato e daqueles que o dirigem.

A possível divergência entre o que se é e o que se deveria ser que, em geral, se associa ao sindicato, é apontado em razão do apoio aberta e claramente dado a candidatos, a ideia de que o sindicato deveria se manter isento nos pleitos eleitorais, no

envolvimento com políticos e candidatos não vigora, ainda que se traga à tona o possível risco da perda da autonomia, da liberdade e da independência, que geralmente se associa quando se trata desta relação.

A propósito, é provavelmente em razão desta possibilidade que E2, negou por inteiro a proximidade entre os partidos e a FETAG-AL, e quando disse que se em alguns momentos pôde haver certa aproximação, ela teria ocorrido pela origem sindical desses mesmos políticos que eles alguma vez possam ter se aproximado. Ainda sobre E2, ele teria omitido que seu nome fora cogitado internamente no partido para se candidatar em 2002 ao PT à assembleia de Estado, fato trazido por E1.

O Entrevistado E3 chega de algum modo a traçar possíveis explicações para a natureza dos apoios e da relação entre políticos e o sindicato de trabalhadores rurais, assim como disse E1. Essas mesmas explicações apenas são postas aqui em contraponto aos argumentos construídos até agora.

Não é meu objetivo atribuir valor de verdade a qualquer um dos entrevistados, no sentido de escolher qual dos relatos é verdadeiro e qual é falso, ou ainda hierarquizar opiniões em termos de importância, muito menos atribuir valores morais ou de ilegalidade ao comportamento dos agentes envolvidos em suas situações quaisquer, somente contraponho os relatos, os discursos, as palavras dadas em entrevistas.

E3 começa falando do processo aqui será chamado de “militância remunerada”, constituindo-se no pagamento para que pessoas façam divulgação de campanha de candidatos. Na campanha, E3 recebia mensalmente por seu trabalho de militância remunerada, que “era uns quatrocentos reais na época”. Mas pra você trabalhar um dia sim outro não, dois dias sim dois não. Não era uma coisa certa, não. Enfim, dava uns quatrocentos reais mais ou menos”.

Essa remuneração assim dizendo, não seria ímpar para os “militantes remunerados”, mas certamente para aqueles que “gerenciavam” a campanha, a nível municipal, e segundo o entrevistado no sindicato haviam pessoas responsáveis por tais atividades, mas o entrevistado afirma que E1 não participou desta campanha, mesma afirmação dada pelo próprio Entrevistado 01.

Aliás, para esta campanha, E1 afirma que houve presença da FETAG-AL para que se unificasse o voto. Ele teria então votado em Paulão em nome da necessidade de um voto unificado, como se observa: “O [nome de ex-integrante do sindicato] trouxe a

ideia pra cá, e o sindicato estava na iminência de se dividir. Se dividir com crise interna certa e pra unificar... O pessoal da FETAG-AL veio [...] Eu votei, mas não foi àquela coisa apaixonada como em outras épocas”.

E3, sobre a campanha que participara, afirma que “Os dois candidatos que o sindicato apoiava eram Ronaldo do INSS e Paulão, os dois. E de peito aberto, pedindo voto mesmo e tal”, o apoio aberto a candidatos ocorreria entremeado às atividades do sindicato, já que, segundo o Entrevistado 03,

Quando o [nome do ex-integrante do sindicato] ia fazer uma reunião política Ronaldo do INSS, ele tentava resolver os problemas das pessoas. Eu via isso, ele falava. Eu lembro disso. Ele falava das dificuldades das pessoas. Ele atendia à galera muito bem. Ele resolvia os problemas. Então, de certa forma na eleição ele cobrava mesmo [a ajuda que dera em troca de voto], e a galera abraçava ele. Onde ele chegava ele era muito querido, principalmente, pelo pessoal mais idoso. Eu ficava tão empolgado com tudo que eu via. O amor do pessoal que frequentava o sindicato. Ele encaminhava auxílio-doença, auxílio-maternidade. Tudo isso era ele quem encaminhava, do sindicato com toda a documentação pro INSS de Maceió, que não tinha aqui na época e ainda não tem.

O cruzamento entre as atividades partidárias e as atividades sindicais é tamanho que E3 chega a considerar que “PT e sindicato se confundem muito, pois quem tá no sindicato tá no PT e vice-versa”. No entanto, E1 afirma que a maior parte da composição do sindicato não é filiada ao PT. Mas a presença dos petistas parece ser a mais influente, e capaz de mobilizar votos, principalmente em meio a essa confluência PT-STTR de Olho d’Água das Flores, já que os votos eram pedidos em nome do sindicato “O [nome de ex-integrante do sindicato] mandava e a gente dizia: ‘[Este] Era o candidato do sindicato”.

Ainda de acordo com E3, a participação de sindicalistas nas campanhas locais se daria conforme troca de apoios, inclusive para eleições internas no Partido dos Trabalhadores, onde teria ocorrido em certo momento apoio para a presidência do Partido para que o mesmo se coligasse ou tendesse a se coligar com certos partidos ou um grupo político e não a outro.

Os pleitos eleitorais disputados pelos candidatos apoiados por alguns sindicalistas marcam o campo político, caracterizado, pelo conflito entre os atores e mais especificadamente, no caso estudado, pela disputa por votos para candidatos que precisam ser legitimados entre os associados ao sindicato, fato que ocorre mediante a influência, capital simbólico e legitimidade conquistada pelo sindicalista cabo eleitoral.

A variação de relações desenvolvidas no âmbito do sindicato, como as que foram constatadas nos leva a considerar esta instituição como recorte do campo político, integrando o campo sindical, como integrante do campo político, pelas relações que desenvolve com seus associados, a formação de certa visão de mundo, a proximidade com atores políticos locais e estaduais. Reconhece-se a complexidade das relações desenvolvidas no âmbito desta instituição, que também possui uma dimensão econômica que tem a ver entre outras coisas, com a possibilidade de interferir nas relações de produção, de salário, etc. embora isso possa se dar por a partir de atuações políticas, como reivindicações, greves, passeatas etc.

Vemos então o constante trânsito institucional entre o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Olho d'Água das Flores, o Partido dos Trabalhadores e alguns agentes políticos. Tentei traçar aqui alguns pontos, que não estariam no relato dos entrevistados, que envolveria a relação entre os agentes presentes nestas instituições, dentro do campo político.

Tudo nos leva a crer que, em razão da militância múltipla ou variada, o fato de que os agentes além de pertencerem a um partido também estão instalados em um sindicato, havendo o compartilhamento de militantes por parte dessas entidades, esta inter-relação parece ainda, de algum modo, contribuir para que os atores mantenham uma constante ativação e atualização de seu capital social.

O aspecto da militância variada é explicado por sua relação com a questão da interpenetração entre as instituições e é assim definida por Silva & Oliveira (2001), para falar da relação entre partidos e movimentos sociais:

A interpenetração se expressa claramente naquilo que Mischel (1997; 2008) denominou “militância variada”, que caracterizaria a atuação de parcela significativa dos ativistas políticos no Brasil (especialmente, mas não exclusivamente, aqueles situados à esquerda do espectro político). Segundo a autora, na medida em que se inserem e desenvolvem seu ativismo em diversas organizações sociais e, também, partidos políticos, esses militantes criam conexões e sobreposições entre essas esferas de ação, levando, em certos

casos, a uma relativa diluição de suas fronteiras. (p. 96)

Sendo assim, o “sistema político” aqui explorado baseia-se na interpenetração, trânsito e permeabilidade institucional, que parece ser desenvolvida pelos agentes em razão de sua vasta militância. As explicações para os estabelecimentos desta fluidez, ou, de maneira mais específica, para a mobilização de apoios por parte dos sindicalistas aos candidatos, sejam eles na esfera municipal, estadual ou federal, são realizadas de características distintas a depender de cada agente.

Considerações Finais

Analisou-se neste trabalho, inicialmente o *processo* (ELIAS, 2006) como se desenvolveu o sindicalismo brasileiro, atentando para suas particularidades no meio rural, este processo nos levou a concordar com as correntes que procuram demonstrar a centralidade do Estado, nessa relação, seu poder, bem como o caráter tipicamente brasileiro, de aproximação entre sindicatos, o Estado e outras organizações.

Viu-se ainda que a inserção de ideias ou ideologias dentro das entidades sindicais tendeu a se estabelecer, na maior parte, pela via partidária, sem nos esquecer da presença da igreja, sobretudo a Católica, bem como outras organizações como as dos maçons e os anarquistas.

Antes de tudo, procurou-se não caracterizar as possibilidades de relação entre diferentes órgãos, instituições e organizações como organismos separados, mas antes como elementos dotados de permeabilidade, que permite que os atores que deles fazem parte, interajam, entre em contato uns com outros, influenciando-os mutuamente, pelo trânsito institucional dos atores que deles fazem parte, optando-se menos pela possibilidade explicativa da cooptação, embora não se descarte por inteiro tal possibilidade.

Por esse motivo, sindicatos e partidos não se constituiriam como instituições separadas, mas mais que isso, instituições que podem ter afinidades, e de acordo com suas semelhanças e compartilhamento de ideias e visões de mundo, elas não só podem como tendem a se aproximar.

Pela posição relacional que os agentes se encontram, cada um em relação ao outro, parece provável que exista um ganho mútuo nessa relação sindicalistas-políticos.

Isso significa que a realidade social admite duas leituras diferentes: de um lado, ou cultural (capital econômico) e das capacidades de apropriação simbólica, políticos e sociais que parecem se reforçar a cada instante em que essa rede é acionada, esses ganhos podem não ser na mesma proporção, e não se pode descartar a possibilidade de redução desses mesmos capitais, mas esses casos exigiriam uma outra pesquisa.

Temos uma visão que, além do mais, como tem sido observado, o estado mais recente do sindicalismo no meio rural, a partir de autores importantes como Pereira e Barreira. Principalmente, o segundo ao procurar chamar à atenção para uma “nova ordem” no campo, marcada por um caráter de maior reivindicação por direitos no meio rural, num processo de decadência dos coronéis, e institucionalização dos conflitos, levados adiante pela via legal, com a presença de instâncias mediadoras desses mesmos conflitos.

Na pesquisa e na entrevista, também foi possível perceber como os sindicalistas se utilizam de seu capital social e simbólico para “pedirem” votos para certas candidaturas, dentro do campo político em períodos eleitorais, e não se pode jamais esquecer que eles desenvolvem as relações num contexto de impessoalidade e que estão a pedir votos a parentes, amigos, conhecidos etc.

Influência dentro do campo pode, de algum modo, se dar pelo fato de que, ao acumularem capitais simbólicos, políticos e sociais, sindicalistas e/ou políticos podem assim, exercer alguma forma de influência por sobre os demais indivíduos que integram este campo, em razão da legitimidade acumulada dentro deste espaço social.

A essência da pesquisa foi exatamente tentar entender quais elementos motivam essa relação partido-sindicato e o porquê de a mesma se desenvolver sempre com o PT ou partidos aliados ao mesmo. Embora os relatos encontrados não nos deem certeza, é possível afirmar que as possibilidades explicativas abertas pelos entrevistados, mesmo que possam ser em alguns momentos indefinidos, disputam legitimação enquanto explicação para a relação sindicato-partido dentro do campo político.

Ao se dar o ponto inicial para desenvolver a pesquisa encontrou-se uma relativa dosagem de indefinições nos discursos apresentados pelo sindicalista entrevistado, primeiramente, em resposta a um formulário, onde ele tenta justificar o apoio dado aos políticos, afirmando se tratarem de seus “interlocutores”, pessoas que “estão mais próximos do poder maior, têm informações sobre as políticas e programas, o diálogo com as instituições do governo, se tornam mais fácil.”; numa entrevista pessoal, a “interlocução” que ele diz existir é reconhecida como pequena, em razão dos

posicionamentos, algumas vezes, contra o governo por parte desses políticos e pela limitação da atividade parlamentar; mas ao ser indagado se esta mobilização de votos lhes trariam algum benefício, a resposta dada é “não”, a insistência na pergunta, faz ele responder que “agente nem precisa desse povo”, justificando que o apoio é por afinidade ideológica.

Enquanto isso, o discurso do ex - militante do PT apresenta fatos como à possível troca de apoio a candidaturas internas no partido, promovido por políticos, militância e apoio político remunerado, além da utilização de táticas ou estratégias marcadas pela tentativa de fazer da legitimação adquirida no sindicato possibilidade de mobilização de votos para candidatos pelo PT.

Vimos também não só o sindicato, mas também o ambiente onde ele está inserido, uma cidade marcada por um conjunto de relações políticas com administradores muitas vezes autoritários, nepotistas, dispostos repreender e perseguir seus opositores, com burocracia sem qualificação, economia pouco desenvolvida e população sem altos índices de escolaridade e sem muitas oportunidades de qualificação e emprego. Este mesmo governo municipal, segundo o entrevistado sindicalista, em outros tempos agiu de forma prestando “serviços de saúde” neste sindicato. Situação rompida quando “os cutistas” assumem o STTR de Olho d’Água das Flores.

A partir de 2002, quando um grupo de oposição ligado a CUT, ganhou as eleições sindicais, esta aliança foi quebrada e o sindicato passa a assumir uma postura de independência e de oposição propositiva e de cobrança das políticas públicas para o campo.

Vemos em Santos (2011), que ele analisa diversos elementos que teriam contribuído para a formação de uma percepção de “novo” sindicalismo em contraposição ao “velho”, que, evidentemente, se desenvolvia antes daquele, que parece estar presente de modo análogo na fala do sindicalista. Percebe ela o modo (“positivado”) como os cutistas classificam a si e (pejorativamente) seus antecessores.

Constata-se algo semelhante no discurso do Entrevistado A, quando este se coloca e coloca o seu grupo de filiados à CUT, diferentes dos demais grupos que passaram pelo sindicato que eles integram. Parece ficar forte a ideia de rompimento com (supostas) práticas do passado, desqualificando-as em favor de uma supervalorização de seu grupo e dos “cutistas”.

Dito isso, de forma mais objetiva, como podemos traçar possíveis elementos para explicar e caracterizar a relação, particular, entre o STTR de Olho d'Água das Flores e o PT? Não tenho explicações definitivas, mas é possível elencar algumas possíveis hipóteses, que continuarão, provavelmente, sempre incompletas, mas cuja tentativa se faz necessário. Assim, concordo com Weber (1992), que se opõem às monocausalidades, considerando necessário que se considere as várias possibilidades que expliquem as causas dos fenômenos, assim também considero: que outros elementos explicam tal relação.

É admissível que o sistema eleitoral em lista aberta, que tende a personificar o voto possa ser o fator institucional que proporcione este apoio sistemático a candidatos, apoio dado pelas figuras mais proeminentes do sindicato que passam a apoiar intensamente certas candidaturas em detrimento de outras.

Outro aspecto institucional que se poderia trazer diz respeito ao fato de que relações deste tipo só podem ser uma característica do regime democrático moderno, marcado, entre outras instituições políticas, pelo voto universal e eleições regulares (DAHL, 2001) além da “possibilidade de participar das decisões” (DAHL, 1988, p. 14), elementos que contribuem para a aproximação entre as instituições – a sindical e a partidária -, já que proporcionam que políticos busquem eleitores (sindicalistas) e vice - versa.

Fatores históricos como a “origem sindical do PT”, a constante presença de petistas em sindicatos, tradicional presença de ideologias partidárias dentro de sindicatos brasileiros, a origem igualmente sindical de alguns candidatos pelo PT, podem ser guiados em consideração para explicarmos a tendência à aproximação entre PT e sindicatos (onde poderíamos tentar curar essa doença hereditária).

A militância diversificada, e também o fato de que os sindicalistas são filiados ao PT, ou, se preferir, o fato de que alguns petistas são sindicalistas, também ajuda-nos a entender os motivos de tal relação, bem como o trânsito e permeabilidade entre estas instituições, fazendo gerar uma confiança compartilhada por entre aqueles que integram estas mesmas organizações.

É recomendado considerar também que o capital simbólico e político acumulado pelos sindicalistas lhes “habilitam” junto à população a conquistar votos para políticos, ao mesmo tempo em que, embora isso não tenha sido identificado empiricamente, a relação com o político também lhes sirva para “aumentar” seu capital político perante esses mesmo eleitores. Assim, político e sindicalista, têm seus capitais

simbólicos reforçados mutuamente, um em decorrência do outro.

Existem possibilidades de haver práticas clientelísticas dentro de um assim falando, “sindicato organizado”, embora não se afirme nem se confirme isto nesta pesquisa; além do mais, possíveis acordos (em troca de favores ou dinheiro), selados com certos candidatos, precisariam ser apurados mais ao fundo. Isto é difícil, já que os acordos podem se dá pelos mais diferentes motivos, inclusive por aqueles que não podem, não devem ser ditos por razões quaisquer.

Mas, conseguiríamos nos perguntar: o que há de novo no âmbito das relações no campo e que aqui não foram expostos? Certamente poderíamos incluir, entre outros elementos, a diminuição dessa população, o crescimento de uma classe média que acessa bens de consumo e entre tantos outros, o Programa Bolsa Família (programa de transferência de renda às famílias de baixa renda), elemento posto pelo E1 como desmobilizador, já que as pessoas deixariam, segundo ele, de reivindicar por se contentarem com a bolsa.

Entretanto, esse mesmo programa, Bolsa Família é posto por alguns fazendeiros como um elemento capaz de não incentivar as pessoas ao trabalho, ouvi relatos de fazendeiros que diziam, “hoje em dia, ninguém quer mais trabalhar”, a afirmação esconde, não seria exagero considerar, o nível de exploração do trabalho desenvolvido no campo. É provável que tenha ocorrido certo aumento no valor da mão-de-obra no campo, mas certamente este fato não se dá pelo “desinteresse” da “oferta” em trabalhar. Ocorre que o agricultor, pode desenvolver certa quantidade de força que antes não tinha, pode por assim dizer, “dar-se ao luxo” de “barganhar” sua própria força de trabalho que é obrigado a vender. Essa “barganha” ocorre em meio à garantia de que alguma renda mínima ele terá ao fim de um mês.

Independente das prováveis implicações que os agentes do campo julgam sobre o programa do governo federal, o Programa Bolsa Família, se voltarmos à questão da relação sindicato-partido temos como fatores explicativos para esta relação, a possibilidade de influir nas políticas públicas, por meio de um “voto unificado”, ao se eleger alguém como “interlocutor”, embora, como se pode perceber, essa interlocução ainda precise ser aperfeiçoada, já que ela nem sempre parece ocorrer ou ocorre com dificuldades.

Se anteriormente, tomando o trabalho de Barreira (1992) como referência, o voto no patrão ou no candidato do patrão, além do conjunto das relações desenvolvidas no ambiente como um todo, pode ser vistas como sinônimo de dominação e uma

reprodução dessa mesma dominação, hoje o voto no “interlocutor” dos trabalhadores, de origem igualmente sindical, não conseguiu ainda, ao menos no âmbito da cidade estudada nenhuma política que impacte diretamente no cotidiano dos trabalhadores rurais.

Esse mesmo ensejo é justificado pelo fato de que os votos dados aos candidatos eleitos foram poucos e pelo fato de eles (os sindicalistas) não terem ido buscar esses políticos, ou seja, a ausência de procedimentos de coerção. Ao mesmo tempo em que, não se atinge a quantidade de votos esperados pelos “interlocutores” são explicados como potenciais fatores explicativos para a ausência de “interlocação”.

Desta forma, o ambiente político, como qualquer outro ambiente, marcado por disputas, parece ainda guardar mais um conflito, que para o nosso caso envolve: explicar o fenômeno das relações políticas entre sindicalistas e candidatos a cargos eletivos. Pode-se explanar que as diversas justificativas dadas pelos entrevistados, encontram-se como que numa espécie de disputa pela “veracidade” na explicação do “envolvimento” entre sindicatos e partidos políticos.

Os Entrevistados A, B e C, a partir de seus relatos, opiniões e visões de mundo, têm cada um, seus próprios meios para explicar, pela eficácia das palavras, de que modo sindicalistas e políticos se inter-relacionam. Suas palavras justificam distintamente esta relação disputando legitimidade dentro do campo político.

Sejam quais forem as explicações, na relação entre sindicalistas e políticos, eram esperados de minha parte possibilidade de influência, de forma mais intensa nas políticas públicas, por parte dos trabalhadores rurais. Num cenário marcado pela informalidade de trabalho, por desigualdades na distribuição de terra, pela falta de assessoria técnica, por uma educação pública necessita de grandes melhorias, e principalmente, onde a possibilidade de seca é temida e determinante nas relações econômicas, como é no campo alagoano e, sobretudo, o olhodaguense, fica sempre esperança de que a interlocação – sem aspas - possa um dia acontecer de fato, e que ela possa repercutir em benefícios coletivos, para que as pessoas que da terra dependem possam ter, enfim, terra própria para trabalhar e se sustentar de forma autônoma.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2000, n., pp. 110-125.

_____. Trabalho e Sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “Década Neoliberal” (1990-2000). *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 19, 2002, p. 71-94.

ANTUNES, Ricardo. *O que é Sindicalismo*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

ASSUMPCÃO, Raiane Patrícia Severino. Redes sociais e capital político: definição uma abordagem de análise das organizações partidárias brasileiras. In: VI Semana de Pós-Graduação em Sociologia, 2007, Araraquara. *Anais da VI Semana de Pós-Graduação em Sociologia*, 2007.

BARREIRA, César. *Trilhas e Atalhos do Poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

BOITO JR., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. In: *Crítica Marxista*, nº 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

_____. De Volta para o Novo Corporativismo: a trajetória política do novo sindicalismo brasileiro. In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Vol. 08, Nº 03, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Le Capital Social. *Actes de La Recherche em Sciences Sociales*, Vol. 31, Nº 01, 1980. p. 2-3.

_____. A Representação Política. Elementos para uma teoria do campo político. In:

_____. *O Poder Simbólico*. 16ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. Por uma Ciência das Obras. In: _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581997000200003&ln g=en&nrm=iso. Acessado em 16 de Out. de 2017.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. Interacionismo e Interdependência: uma breve análise das contribuições de Norbert Elias para uma História Social. In: I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social. Minas Gerais, 2004. *Anais do I Colóquio do LAHES*, 2004.

CAMPOS, Marcos Paulo. A formação do MST e a luta pela terra no final dos anos de 1981 no Ceará. In: VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural - ALASRU, 2010, Porto de Galinhas - PE. VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, 2010.

CANIELLO, Marcio. O Ethos Sanjoanense: tradição e mudança em uma “cidade pequena”. In: *Mana*, n. 9, p. 31-56, 2003.

CIOFFI, Leandro. Sindicalismo Brasileiro: história, ideologias, legitimidade e direito.

Espaço Jurídico, Joaçaba, v. 9, n. 1, pp. 42-57, 2008.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.

DAHL, Robert Alan. *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. *Análise Política Moderna*. Brasília: 2ª Ed. Editora Universidade de Brasília, 1988.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. Partidos Trabalhistas no Brasil: reflexões atuais.

Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, pp. 196-206.

_____. *A Elite Dirigente do Governo Lula*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005.

_____. Conceitos Sociológicos Fundamentais. In: _____. *Escritos & Ensaios*; 1: Estado, processo e opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

_____. Prefácio à Edição Inglesa. In: _____. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, Trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, Nº 62, ANPOCS, São Paulo, 2006, pp. 27-44.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

HOBBSAWN, E. (1984). "A invenção das tradições" In HOBBSAWN, E & RANGER, T. (orgs.). (1984). A invenção das tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

KRISCHKE, Paulo J. O Sindicalismo e a Trajetória do PT. In: *Cadernos de Pesquisa Multidisciplinar em Ciências Humanas*. N. 85: Florianópolis, 2006.

LIMA, Cristiane Leyendecker de. *A Relação Sindicato/Partido: um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2004.

MARQUES, Eduardo Cesar. Os mecanismos das relações. In: *RBS*, São Paulo, v. 22, n. 64, 2007.

_____. Redes Sociais e Poder no Estado Brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas. In: *RBS*, n. 2, vol. 60, 2006. p. 15-42.

MAGNANI, José Guilherme C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: _____. Torres, Lilian de Lucca (Orgs.) *Na Metrópole: textos de Antropologia Urbana*. EDUSP, São Paulo, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital Político e Carreira Eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. *Rev. Soc. Pol.*, Curitiba, Vol. 20 p. 115-134, 2003.

MONTENEGRO, Abelardo F. *Os partidos políticos do Estado do Ceará*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1980.

MONTENEGRO, Antonio T. Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucíola de A. N. (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo e a experiência*. Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 243-270.

NOGUEIRA FILHO, Otaciano da Costa. *Sistemas Políticos e o Modelo Brasileiro*. 2ª Ed. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2012a.

_____. *Introdução à Análise Política*. Brasília: Senado Federal, Universidade do Legislativo, 2012b.

NOGUERA, Rycardo Wylles Pinheiro. *Memórias de Salomão Alves de Moura Brasil: reflexões sobre uma escrita de si (1990-2012)*.

OLIVEIRA, Helder Canal de. Os sindicatos e os movimentos sociais na "Era Vargas". *Horizonte Científico*, Uberlândia - MG, v. 5, 2011.

OLIVEIRA, Gerson de Lima. *Permeabilidade e Trânsito Institucional: A Relação entre Sociedade Civil e Estado a Partir das Trajetórias de Militantes-Gestores na Políticas de Economia Solidária no Rio Grande do Sul – Os Casos de Porto Alegre (1996) e do Governo Estadual (1999-2002)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2011.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. *Anauê: os camisas verdes no poder*. Fortaleza, Edições UFC, 1986.

PEREIRA, Sônia. A Contribuição do Homem Simples na Construção da Esfera Pública: os trabalhadores rurais do Ceará. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 26, 2004.

RODRIGUES, Almir Sandro. A Federação dos Agricultores na Agricultura Familiar: um novo sindicalismo em construção. In: Brandenburg, Alfio; Ferreira, Ângela Duarte Damasceno (et al.) (Orgs.). *Ruralidades e Questões Ambientais. Estudos sobre estratégias, projetos e políticas*. Brasília: MDA, 2007.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e Sindicatos: sociologia política*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. Partidos, Ideologia e Formação Social. *RBCS*, vol. 17, n. 49, 2002.

SCHMITT, Cláudia Job. Rede, Atores, e Desenvolvimento Rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. In: *Sociologias*, n. 27, 2011.

SANTOS, Raphaela de Almeida. A CUT, o “Novo Sindicalismo” e as Reconstruções da Memória do Movimento Proletário Brasileiro. *Espaço Plural*, n. 24, 2011.

SANTOS, Jovelina. Em Campo contra o Inimigo Vermelho: a Igreja Católica na disputa pela sindicalização dos trabalhadores rurais no Ceará. In: *SÆCULUM* n. 26: João Pessoa, 2012.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a Interrupção e a Continuidade: visões da história do movimentos sindical brasileiro. In: *RBCS*, vol. 14, nº 41, 1999.

SILVA, Marcelo Kunrath. Sociedade Civil e Construção Democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. In: *Sociologias*, n. 16, 2006.

SILVA, Marcelo Kunrath; ZANATA JR. Rui. Diz-me com Quem Andas, Que Te Direi Quem És: Uma – breve – introdução à análise de redes sociais. In: *Revista USP*, n. 92, São Paulo, 2012.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. A Face Oculta(da) dos Movimentos Sociais: trânsito institucional e inserção do Estado-Movimento – uma análise do movimentos de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. In: *Sociologias*, n. 28, 2011.

THOMAS JÚNIOR, Antonio. O Sindicalismo Rural no Brasil: no rastro dos antecedentes. *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona N°15, 1998.

VELOSO, Giovana Rocha. *Clientelismo: uma instituição política brasileira*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

WEBER, Max. A “Objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In:_____. *Metodologia das Ciências Sociais, parte 01*: Cortez, Campinas (SP): Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.